

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: REGIÃO SERRANA

RAINER MARQUES DOS SANTOS
matrícula nº 107385761

ORIENTADORA: Prof^a Lia Hasenclever

ABRIL 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: REGIÃO SERRANA

RAINER MARQUES DOS SANTOS
matrícula nº 107385761

ORIENTADORA: Prof^ª Lia Hasenclever

ABRIL 2013

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Beatriz Boclin Marques dos Santos e Sergio Luiz Marques dos Santos pelo incentivo aos meus projetos

Às minhas irmãs Diana e Helena pelo apoio

Ao corpo docente do Instituto de Economia da UFRJ

À orientação precisa da Professora Lia Hasenclever

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo analisar o desenvolvimento da Região Serrana do estado do Rio de Janeiro e o seu papel no desenvolvimento deste Estado na última década. Pretende-se ainda, traçar uma perspectiva socioeconômica para aquela região frente aos projetos anunciados para os próximos anos no Estado. A metodologia adotada baseou-se no estudo da literatura disponível acerca do desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro e da análise de dados disponibilizados pelas principais instituições de pesquisa estatística. O critério de desenvolvimento local utilizado integra várias dimensões: espaciais, econômicas, sociais, culturais e políticas. Observou-se que após uma fase de recessão nos primeiros anos da década de 2000, a Região Serrana apresentou crescimento positivo e estável na segunda metade da década. Entretanto, esse crescimento não veio acompanhado de desenvolvimento, tal que a infraestrutura de saúde da região se mostrou estagnada ao longo da década, as finanças dos principais municípios apresentaram-se altamente dependentes das transferências governamentais e o Produto Interno Bruto *per capita* da região permanece muito abaixo da média do Estado. Além disso, o crescimento da renda na região se deve em grande parte da ampliação da participação das micro e pequenas empresas. Estas, por sua vez, produzem bens de pior qualidade e pagam piores salários que as empresas de maior porte.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I – DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	11
1 – A evolução da economia fluminense nas décadas de 1990/2000.....	11
1.1 – O cenário de crise entre 1980-1995.....	11
1.2 – A tímida inflexão econômica na segunda metade dos anos 1990 e a fase de crescimento nos anos 2000.....	13
1.3 – O efeito dos <i>royalties</i> nas finanças públicas do ERJ e dos municípios fluminenses.....	18
CAPÍTULO II – PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O ERJ NA DÉCADA DE 2010.....	22
2.1 – Os investimentos previstos.....	22
2.2 – Os principais desafios	28
2.2.1 – Educação.....	28
2.2.2 – Saúde.....	29
2.2.3 – Pobreza.....	30
2.2.4 – Ambiente de negócios.....	31
2.2.5 – Os grandes eventos.....	33
2.2.6 – A questão do Petróleo.....	34
CAPÍTULO III – DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DA REGIÃO SERRANA NA DÉCADA DE 2000.....	37
3 – Principais características da região serrana.....	37
3.1 – VAB e estrutura econômica.....	38
3.2 – Perfil socioeconômico	40
3.3 – Instituições de apoio.....	43
3.4 – Perspectivas.....	44
CAPÍTULO IV – DESESNOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DE MUNICÍPIOS SERRANOS SELECIONADOS.....	46
4.1 – Petrópolis.....	46
4.1.1 – Características gerais.....	46
4.1.2 – PIB e estrutura econômica	47
4.1.3 – Estabelecimentos e empregos.....	50
4.1.4 – Perfil socioeconômico.....	52

4.1.5 – Finanças públicas municipais.....	53
4.2 – Nova Friburgo.....	57
4.2.1 – Características gerais.....	57
4.2.2 – PIB e estrutura econômica	57
4.2.3 – Estabelecimentos e empregos.....	59
4.2.4 – Perfil socioeconômico.....	63
4.2.5 – Finanças públicas municipais.....	64
4.3 – Teresópolis.....	67
4.3.1 – Características gerais.....	67
4.3.2 – PIB e estrutura econômica	67
4.3.3 – Estabelecimentos e empregos.....	68
4.3.4 – Perfil socioeconômico.....	70
4.3.5 – Finanças públicas municipais.....	71
CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS.....	78

INTRODUÇÃO

O Estado do Rio de Janeiro (ERJ) vive um excelente momento de sua história. Segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), entre os anos de 2012-14 o Estado receberá investimentos públicos e privados superiores a R\$ 200 bilhões, o que o coloca como o estado de maior destaque no atual cenário econômico brasileiro. (Firjan, 2012)

Essa perspectiva favorável representa uma tendência contrária ao que a economia do ERJ apresentou nas últimas décadas. Aspectos como a transferência da capital para Brasília, a desconcentração industrial das metrópoles para o interior, a guerra fiscal entre os estados, o movimentos de reestruturação organizacional promovida intensamente pelas empresas industriais do sudeste e do sul, após a abertura da década de 1990, geraram uma perda progressiva da participação relativa do Produto Interno Bruto (PIB) do ERJ no PIB nacional, através do deslocamento de algumas empresas e da estagnação de novos investimentos.

A atual fase próspera, entretanto, mostra-se desigual entre as regiões do Estado. Segundo Hasenclevar *et al.* (2007), a região serrana apresentou, na última década, um baixo grau de desenvolvimento econômico, com estagnação de sua atividade produtiva, gerando a quebra de grandes empresas e aumento da participação de pequenas e médias. Além disso, essa região foi vítima de uma catástrofe natural em janeiro de 2011 que representou um forte abalo para sua economia e, apesar do aporte de recursos anunciados pelos governos federais e estaduais para a reconstrução das cidades atingidas e para reanimar a economia local, e do anúncio de um plano de reconstrução da região serrana do estado, esse quadro de estagnação parece se agravar, com denúncias de corrupção nas prefeituras, desvios de verbas e novas destruições causadas pelas chuvas em 2012.

A monografia busca analisar o desenvolvimento da região serrana do Estado do Rio de Janeiro e o seu papel no desenvolvimento deste Estado na última década. Pretende-se ainda, traçar uma perspectiva socioeconômica para a região serrana do Estado frente aos projetos anunciados para os próximos anos no Estado e naquela região.

A hipótese dessa monografia é que a reversão, na década de 2000, do quadro de estagnação econômica do ERJ, presente na década de 1990, se deu em função do cenário externo favorável a produtores de *commodities*, principalmente petróleo, e não ocorreu de

forma homogênea entre as suas regiões, tal que enquanto as regiões norte e metropolitana do Estado apresentaram crescimento significativo na última década, o quadro de estagnação da região serrana se agrava ano após ano.

A metodologia adotada baseou-se no estudo da literatura disponível acerca da economia do Estado do Rio de Janeiro. Entre os autores destacam-se: Natal (2004); Fauré *et al.* (2008, 2007 e 2005); Urani (2011 e 2008); Silva Neto (2008). O critério de desenvolvimento local utilizado integra várias dimensões: espaciais, econômicas, sociais, culturais e políticas. Segundo Fauré *et al.* (2007), pode-se destacar pelo menos três dimensões da concepção do conceito de desenvolvimento local: a endogeneidade, ou seja, a existência de um potencial de recursos locais, materiais e imateriais, que podem ser mais, ou melhor, explorados e valorizados. A territorialidade, indicando que, além dos dados físicos, são os atores que constroem, pelas iniciativas que tomam, pelas interações entre eles, um espaço de atuação onde as relações são mais densas e produtivas do que aquelas fora desse espaço. Por fim, a referência às instituições, tal que o desenvolvimento local depende também do desempenho do conjunto das inter-relações, fundadas a partir de valores e crenças, e das organizações. Esta é a abordagem teórica de desenvolvimento que será utilizada nesta monografia.

A análise de desenvolvimento da região serrana foi feita através do estudo dos três principais municípios dessa região: Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis, já que estes representam juntos mais de 80% do PIB e da população dessa região. Para isso, foram utilizados dados referentes ao PIB, população, valor adicionado bruto (VAB), finanças públicas municipais, estabelecimentos e empregos. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) foi utilizado principalmente para a avaliação da educação e da saúde no município.

O levantamento dos dados foi realizado junto às principais instituições de pesquisa estatística, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Esta monografia está dividida em quatro capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro, busca-se fazer uma abordagem em grandes linhas acerca do desenvolvimento

econômico do ERJ, nas décadas de 1990 e 2000. O segundo capítulo trata dos projetos para o Estado nos próximos anos, assim como os desafios a serem enfrentados. O terceiro tem o objetivo de analisar o desenvolvimento econômico e social da região serrana do ERJ na década de 2000. O quarto e último capítulo trata do desenvolvimento social e econômico, na década de 2000, dos principais municípios serranos: Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis.

CAPÍTULO I – DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ERJ)

1- A evolução da economia fluminense nas décadas de 1990 e 2000

As décadas de 1990 e 2000 presenciaram fortes modificações na economia fluminense. Após um longo período de decadência, o ERJ passa a mostrar sinais de recuperação a partir da segunda metade da década de 1990, puxado principalmente pelo setor de petróleo e pela siderurgia. Ao longo da década de 2000, a economia fluminense se fortalece, beneficiando-se do crescimento da demanda por *commodities* por parte da China. O segmento de petróleo, principalmente após alterações nas regras de distribuição dos *royalties* em 1999, traz elevados volumes de recursos para as finanças estaduais e principalmente para os municípios produtores de petróleo, através do repasse dos *royalties*, e contribui para um processo de interiorização da economia fluminense.

1.1 - O cenário de crise na década de 1980 e primeira metade de 1990.

A economia fluminense no período compreendido entre o início dos anos 1980 e a primeira metade dos anos 1990 foi marcada por profunda crise econômica, social e político-institucional, com perda gradativa de seu dinamismo, o que deteriorou também a auto-estima da sua população.

Segundo Barral Neto e Silva Neto (2008) pode-se considerar que dentre os principais fatores que deflagraram a crise econômica fluminense, está:

“o esgotamento do modelo de desenvolvimento adotado pelo governo federal, intrinsecamente vinculado à forte presença estatal nos investimentos e no planejamento da economia. Tal esgotamento está ligado à decadência do padrão de financiamento da economia brasileira, a partir de recursos externos captados nos bancos internacionais”. (BARRAL NETO; SILVA NETO, 2008, p. 25).

No início dos anos 1980, a crise internacional dos juros, cujo ápice foi a moratória da dívida externa por parte do México em 1982, gerou elevada escassez de liquidez e fuga de investimentos, principalmente nos países da América Latina, altamente endividados e contagiados pela crise mexicana. O governo brasileiro, que ao longo da década de 1970, havia aproveitado a abundância de liquidez internacional para financiar o seu “milagre econômico”

tinha agora que despende de quantias consideráveis para pagar o serviço da dívida e adotar políticas de controle de gastos para tentar renegociá-la com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Para isso, eram necessários a redução do gasto público e o aumento dos superávits comerciais do país a todo o custo, o que incluía a redução drástica de investimentos produtivos, de subsídios estatais e gastos sociais, além de priorizar o aumento das exportações agrícolas.

“O ERJ, por derivar a maior parte do seu dinamismo econômico de um processo de sinergia com a economia do país, revelou-se muito dependente do crescimento do mercado interno e do setor público” (SOBRAL, 2007, p. 30). As estatais tinham uma acentuada participação na estrutura industrial do ERJ, tal que grande parte das fontes de financiamento que sustentavam sua economia provinha do governo federal. Assim, com a crise do padrão de financiamento da economia brasileira, recursos que poderiam se transformar em investimentos no ERJ foram utilizados para o pagamento da dívida externa.

A pronunciada defasagem e a perda de competitividade da indústria fluminense conseqüentes da crise nos anos 1980 foi agravada com a ascensão do ideal neoliberal e a abertura da economia nacional no início dos anos 1990, assim como, pela política de valorização cambial praticada durante o Plano Real, expondo à competição selvagem importantes setores produtivos, como o Naval, Têxtil e Siderúrgico. (BARRAL NETO; SILVA NETO, 2008)

Além disso, o ERJ já vinha sofrendo um impacto muito forte, política e economicamente, desde a transferência da capital federal para Brasília em 1960. A presença da capital em seu território atraiu e justificou muitos investimentos federais, mantendo por muito tempo o nível de renda interna.

Segundo Sobral (2007) a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, promoveu uma perda de bases da estrutura econômica, como podemos constatar na citação abaixo:

“Com a transferência da capital, perde-se de forma significativa a possibilidade de pela política ampliar as bases materiais de sua estrutura econômica. A perda de grande parte da sede administrativa nacional, ainda que se preservasse parte do peso das estatais e de algumas autarquias públicas, foi um fator de ruptura institucional sem ter havido nenhum tratamento especial para compensar completamente a perda de status político”. (SOBRAL, 2007, p. 28).

Na visão de Barral Neto e Silva Neto:

“a transferência significou perda de força e importância política do ERJ no cenário nacional e em relação ao governo federal, agravada ainda mais por um histórico de “disputas” entre as elites políticas das duas instâncias governamentais.” (BARRAL NETO; SILVA NETO, 2008, p. 28).

No entanto, a criação do Estado da Guanabara (1960-1975) e o dinamismo que a economia nacional sustentou até a década de 1970, o chamado “milagre brasileiro”, ocultaram, ainda que parcialmente, os problemas estruturais na economia fluminense até a década de 1980.

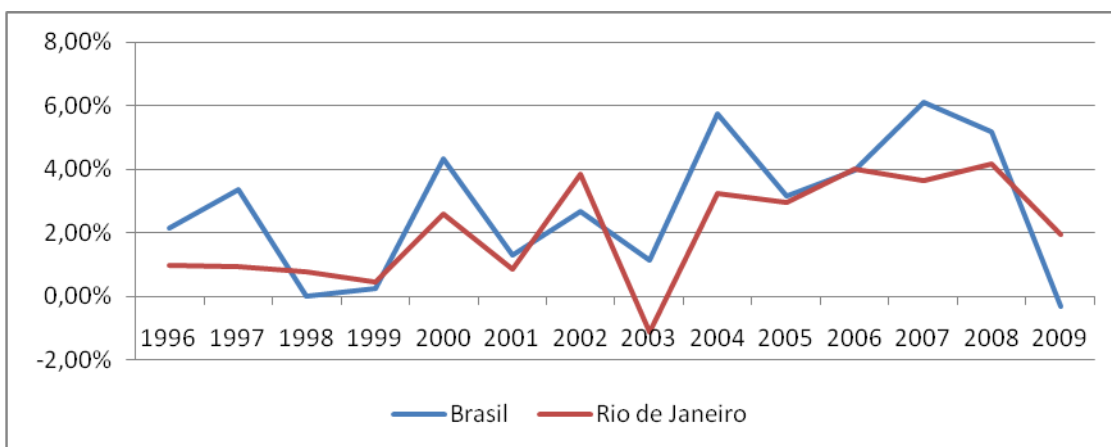
“A fusão do estado da Guanabara com o ERJ, em 1975, atrasou o processo político interno fortemente controlado pelo governo federal, mediante intervenções, até os anos 80. Pode-se compreender, assim, que a tomada de consciência da nova unidade estadual, denominada simplesmente estado do Rio de Janeiro, foi bastante tardia e que as preocupações desenvolvimentistas são muito recentes”. (FAURÉ *et al.*, 2005, p. 46).

Torna-se importante ressaltar, porém, que o amortecimento da atividade econômica no conjunto do Estado, na década de 1980 e meados da década de 1990, não significa que alguns sítios fluminenses (cidades, microrregiões) não tenham apresentado crescimento econômico. Porém, o dinamismo produtivo e a relativa prosperidade social são muito localizados e se dão em virtude de iniciativas pontuais. (FAURÉ; HASENCLEVER, 2005)

No entanto, a partir da segunda metade da década de 90, alguns indicadores parecem demonstrar certa inflexão econômica em relação ao quadro de crise observado no período (1980-1995), ainda que em pequenas proporções.

1.2 - A tímida inflexão econômica na segunda metade dos anos 90 e a fase de crescimento nos anos 2000

A análise da evolução do PIB fluminense permite observar que as suas taxa médias de crescimento aumentaram ao longo do período (1996-2009), porém o crescimento do PIB não ocorreu de forma constante, como se pode observar no Gráfico 1. Ainda assim, isso representa uma importante mudança frente ao período de crise pela qual o Estado passou na década de 1980 e primeira metade da década de 1990.

Gráfico 1: Variação dos PIBs brasileiro e fluminense (1996-2009)

Fonte: Atualizado de Hasenclever *et al.* (2012) Baseado em Fundação CEPERJ.

Apesar das taxas de crescimento terem oscilado bastante no período, de forma geral, podem ser identificados três ciclos de crescimento no intervalo entre 1996 e 2008. O primeiro, um ciclo de crescimento moderado entre 1996-1998, nesse período, a taxa média de crescimento do PIB estadual foi de 0,8%, enquanto que a mesma taxa para o PIB nacional foi de 1,5%. Isso mostra que a recuperação da economia fluminense se deu de forma ainda tímida nesta fase. O segundo ciclo, também de crescimento, mas caracterizado por uma maior instabilidade entre 1999 e 2003, apresentou taxa média de crescimento igual a 1,5%, também inferior à taxa média nacional, igual a 2,4%. O terceiro ciclo, mais vigoroso e estável, apresenta taxa média de crescimento igual a 3,6%, enquanto que a nacional foi de 4,8% (HASENCLEVER *et al.*, 2012).

Em 2009, em função dos efeitos da crise econômica internacional deflagrada ainda no final de 2008, o PIB nacional regrediu 0,3% enquanto que o PIB fluminense cresceu 1,96%, porém a participação do ERJ no PIB nacional caiu para 10,92%, o valor mais baixo de todo o período (1996-2009), um pouco inferior à média do período (1996-2008) igual a 11,5% ¹.

Dentre os fatores que contribuíram para a inflexão econômica, observada na segunda metade da década de 1990, pode-se destacar, segundo Natal (2004): que o ERJ passou a sediar as agências reguladoras dos serviços públicos privatizados, atraindo para si importantes investimentos e receitas; expressivos investimentos realizados pelas concessionárias que

¹ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios>>. Acesso em: 07 ago. 2012.

passaram a explorar várias rodovias; significativos investimentos privados na construção do parque gráfico de O Globo, na instalação da Peugeot-Citroen e da Volkswagen (em Resende), da Guardian (em Porto Real) entre outros, além dos investimentos realizados no setor de telecomunicações. Destaca-se, porém, como o principal indutor desse processo de inflexão, o crescimento da indústria extrativa no Estado (leia-se, nesse caso, de petróleo e gás), que teve sua participação no valor adicionado bruto do ERJ multiplicada por mais de cinco vezes durante o período 1996-2004 (Tabela 1).

Tabela 1 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico do Estado do Rio de Janeiro (1996-2009)

Atividade	1996	1999	2000	2003	2004	2008	2009
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	0,71	0,62	0,66	0,55	0,60	0,44	0,49
Indústria	19,94	20,99	24,05	26,06	28,91	31,56	26,35
Indústria extrativa	1,52	2,73	5,74	7,95	8,08	15,40	8,32
Indústria de transformação	9,49	9,73	9,76	10,06	11,96	9,87	10,12
Construção civil	7,03	6,24	6,05	5,56	6,18	4,62	5,20
SIUP	1,90	2,28	2,49	2,49	2,68	1,66	2,71
Serviços	79,36	78,40	75,29	73,39	70,49	68,01	73,16

Fontes: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas - CEEP.

A Tabela 1 permite observar que a participação da indústria como um todo no Valor Adicionado Bruto (VAB) do Estado aumentou ao longo de todo o período (1996-2008), enquanto que o setor de serviços perdeu participação até o ano de 2009, caindo de quase 80% em 1996 para 68% em 2008. A agropecuária, que já possuía uma participação marginal, caiu mais ainda chegando a menos de 0,5% em 2008.

Esse crescimento da indústria extrativa, que serviu de alavanca para a inflexão econômica do Estado, colaborou para o processo de interiorização da economia fluminense. Segundo Barral Neto & Silva Neto (2008):

“o crescimento do interior fluminense está bastante ligado à dinâmica da indústria extrativa de petróleo, que por sua vez, é um tipo de indústria que apresenta pouca mobilidade espacial, não podendo estar muito afastadas das jazidas de petróleo a serem exploradas, mas que, ao mesmo tempo atua como uma indústria motriz exercendo um grande poder de atração sobre uma gama de outras indústrias”. (BARRAL NETO; SILVA NETO, 2008, p. 41).

O crescimento do interior fluminense, segundo os autores, apesar de estar intimamente associado à indústria petrolífera, também foi impulsionado por outros fatores como as estratégias de incentivos fiscais, que contam com o apoio não apenas de órgãos municipais, como também, de órgãos estaduais (Investe Rio, Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - Codin), e, em alguns casos, federais (Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social - BNDES), e a disponibilidade de mão-de-obra qualificada em algumas regiões.

O resultado melhor, tanto para a economia fluminense, quanto para a brasileira, a partir da segunda metade da década de 2000, está diretamente associado ao quadro internacional favorável, com a ascensão da China como pujante mercado consumidor de *commodities*, o que impulsionou o preço desses produtos para cima, beneficiando os países produtores, assim como, a rápida ascensão chinesa como parceira comercial do Brasil. O ERJ beneficiou-se desse momento em função principalmente das exportações do setor siderúrgico para a China. O aumento nos preços internacionais do petróleo viabilizou o aporte maciço de investimentos na camada do Pré-Sal para a extração e exportação em massa dessa *commodity* nos próximos anos.

A atividade extrativa chegou a representar 15,4% do VAB do ERJ em 2008, tendo regredido em 2009 em função da queda significativa dos preços do petróleo devido ao recrudescimento da crise econômica internacional neste ano. A participação da indústria de transformação, por sua vez, variou pouco, mantendo-se em torno de 10%. Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a produção de petróleo no ERJ durante toda a década de 2000, representou, em média, mais de 80% da produção nacional, enquanto que a produção de gás natural no Estado atingiu mais de 50% da produção nacional a partir da segunda metade dos anos 2000 (Tabela 2).

Tabela 2 - Evolução da produção de petróleo e gás natural do ERJ (2000-2011)

Ano	Produção de petróleo (m³)			Produção de Gás Natural (m³)		
	Brasil	ERJ	ERJ/Brasil	Brasil	ERJ	ERJ/Brasil
2000	71.643.694	57.036.777	79,6%	2.085.089	695.750	33,4%
2001	75.019.962	60.489.198	80,6%	2.331.767	589.278	25,3%
2002	84.398.966	69.682.707	82,6%	2.610.825	810.278	31,0%
2003	86.819.697	70.946.033	81,7%	3.267.008	1.245.240	38,1%
2004	85.966.980	70.455.997	82,0%	3.570.419	1.334.800	37,4%
2005	94.796.734	79.775.162	84,2%	4.601.597	2.243.759	48,8%
2006	99.970.613	84.203.846	84,2%	5.013.217	2.688.730	53,6%
2007	101.436.629	82.819.777	81,6%	4.913.190	2.607.898	53,1%
2008	105.452.170	87.021.256	82,5%	5.028.362	2.768.241	55,1%
2009	113.180.124	96.220.982	85,0%	4.565.613	2.461.989	53,9%
2010	119.232.912	94.566.055	79,3%	4.801.971	2.767.742	57,6%
2011	122.176.869	90.393.140	74,0%	5.078.329	2.927.252	57,6%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ANP.

No entanto, apesar do contexto de inflexão econômica e crescimento no período (1996-2008), alguns fatores devem ser levados em consideração: embora a riqueza social tenha aumentado durante todo o período tratado, as taxas de crescimento real do PIB foram pouco significativas até 2004 e mesmo o período de crescimento mais robusto (2004-2008) apresentou taxa média de crescimento inferior a nacional; o crescimento do PIB fluminense foi largamente tributário das rendas provenientes do setor petróleo, o que, por suposto, pode ser revertido por disposições legais ao nível da legislação que rege o repasse de *royalties* para o Estado e seus municípios. Por fim, o crescimento do PIB fluminense, apesar de estar sendo puxado pelo interior, tem alcançado de maneira dispare as regiões do Estado, destacando as regiões produtoras de petróleo, enquanto que outras permanecem estagnadas.

Conforme a Tabela 3, entre 2000-2004, o PIB real da região metropolitana cresceu menos (2,6%) que a média do Estado (7,8%). As regiões norte, das baixadas litorâneas e da costa verde foram as que mais cresceram, impulsionadas principalmente pelo setor de petróleo. Na fase de crescimento mais acelerado entre 2005-2008, todas as regiões tiveram bom desempenho em relação ao PIB, com exceção da região noroeste que regrediu 9,6% nesse período. É interessante reparar que nessa fase a região norte cresceu 45,8%, resultado muito superior ao da região metropolitana de 10%. Observa-se assim que ao longo da década, o crescimento do ERJ foi de fato puxado principalmente pelo interior, com o papel indispensável das regiões produtoras de petróleo, como havia sido constatado por Barral Neto & Silva Neto (2008). Com a piora em 2009 do cenário de crise internacional iniciado no segundo semestre de 2008, as regiões produtoras foram seriamente afetadas, puxando o PIB

do Estado para baixo no ano de 2009. Em sentido contrário, as regiões não produtoras obtiveram um bom crescimento do PIB nesse mesmo ano.

Tabela 3 - Variação do Produto Interno Bruto das Regiões do ERJ a Preços Constantes

Regiões de Governo	PIB a preços de mercado - Valor (1000 R\$)		
	2000-2004	2005-2008	2008-2009
Estado	7,8%	14,1%	-2,5%
Região Metropolitana	2,6%	9,9%	3,2%
Rio de Janeiro	-0,8%	8,0%	7,4%
Região Noroeste Fluminense	-2,2%	-9,6%	14,3%
Região Norte Fluminense	37,6%	45,8%	-32,3%
Região Serrana	-1,5%	15,6%	7,9%
Região das Baixadas Litorâneas	42,6%	15,3%	-24,7%
Região do Médio Paraíba	24,7%	11,9%	10,5%
Região Centro-Sul Fluminense	-6,7%	14,5%	7,9%
Região da Costa Verde	40,1%	18,3%	-6,9%

Fonte elaboração própria com base no PIB dos municípios - IBGE.

Urani (2008) destaca que a elaboração de uma estratégia para a economia fluminense que vá além do petróleo é necessária, seja porque se trata de um recurso finito, cuja demanda (por razões como as mudanças climáticas) é incerta, seja porque seu dinamismo, por si só, tem se mostrado incapaz de gerar bem-estar para o conjunto da população do ERJ.

1.3 – O efeito dos *royalties* nas finanças públicas do ERJ e dos municípios fluminenses

Ao longo da década de 2000, a produção de petróleo no ERJ aumentou cerca de 68% atingindo mais de 96 milhões de m³ em 2009. Neste ano, a produção de petróleo no estado, representou 85% da produção nacional (Tabela 2). Esse resultado veio acompanhado do aumento expressivo e crescente no repasse das chamadas participações governamentais - *royalties* e participações especiais, relacionadas às atividades de produção e exploração de petróleo e gás natural - realizado pelo Tesouro Nacional, beneficiando de forma substancial as finanças do estado e dos municípios.

Vale destacar, que foi a mudança na legislação do petróleo em última instância, que possibilitou a assinatura do acordo de renegociação da dívida estadual no final dos anos 1990, por aumentar o valor dos *royalties* a que faz jus o Estado e criar a participação especial, gerando direitos futuros para o ERJ que constituíram as garantias necessárias para fechar o contrato. (NAZARETH, *apud* FAURÉ *et al.*, 2008).

Ao longo da década de 2000, o pagamento de *royalties* ao ERJ e aos municípios fluminenses aumentou cerca de 150% em valores reais. Nesse mesmo período, a receita tributária aumentou 63,4% em termos reais, com destaque para o ano de 2010 (crescimento de 10,4% em relação a 2009).

Tabela 4 - Distribuição de royalties sobre a produção de petróleo e de gás natural ao ERJ e municípios (R\$ 1.000)¹

Ano	Beneficiários			
	ERJ	%	Município	%
2001	461.458	100,00	497.353	100,00
2002	596.868	129,34	657.786	132,26
2003	738.032	159,93	811.240	163,11
2004	787.093	170,57	860.580	173,03
2005	942.709	204,29	1.034.373	207,98
2006	1.141.461	247,36	1.262.601	253,86
2007	1.037.518	224,83	1.151.434	231,51
2008	1.417.860	307,26	1.552.153	312,08
2009	1.026.842	222,52	1.124.595	226,12
2010	1.149.477	249,10	1.266.569	254,66

¹ Valores deflacionados pelo IPCA (a preços de 2001)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ANP

Dentre os fatores que colaboraram para a elevação dos pagamentos das participações governamentais, a partir do final da década de 1990, destaca-se a quebra do monopólio da Petrobras (abertura do mercado), a mudança nas alíquotas e formas de cálculo das compensações financeiras, a partir da aprovação da Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/97), assim como, a evolução favorável dos preços no mercado internacional e a elevação dos volumes produzidos, que se seguiu. Esses últimos dois fatores elevaram as receitas estaduais provenientes dos *royalties* e das participações especiais a montantes muito acima daquilo que era previsível quando foi elaborada a lei prevendo sua criação, no âmbito da Constituição promulgada em 1988. (URANI, 2008, p. 159).

O aumento significativo dos recursos provenientes do petróleo alterou a composição da receita do ERJ, principalmente entre a segunda metade da década de 1990 e a primeira dos anos 2000. Segundo dados da Fundação CEPERJ, a participação dos *royalties* pela produção de petróleo e gás natural, que era insignificante em 1996, já representava aproximadamente 11,2% das receitas estaduais para o ano de 2004. Esta participação chegou a 15,6% em 2008.

Porém, segundo Urani (2008), os cerca de R\$ 33 bilhões arrecadados desde meados dos anos 90 não alavancaram a capacidade de investimento do estado e tiveram como contrapartida uma elevação dos gastos de custeio (essencialmente contratação de mão-de-obra

terceirizada) e um opaco processo de capitalização do fundo de previdência dos funcionários do governo do estado, o Rio Previdência.

A participação dos *royalties* na receita total dos municípios também aumentou expressivamente desde 1996, quando ainda era insignificante, chegando a 11% em 2004, muito embora a distribuição dessa riqueza entre o conjunto dos municípios seja muito desigual e concentrada (NAZARETH *apud* FAURÉ *et al.*, 2008). Pelas regras de distribuição vigentes, definidas na Lei nº 9.478/97, os municípios que mais recebem recursos são os que integram a Zona Principal de Produção da Bacia de Campos, mas todos os municípios fluminenses recebem parcela dos *royalties* até 5% recebidos pelo governo estadual, distribuídos pelos mesmos critérios de repartição do ICMS (art. 9 da Lei Federal nº 7.990/89).

Segundo a ANP, no ano de 2010, as regiões metropolitana, norte e das baixadas litorâneas concentravam 83,4% dos *royalties* repassados pelo Tesouro Nacional e pelo Estado. Ainda assim, o repasse dos *royalties* mesmo dentro dessas regiões é bastante heterogêneo.

A análise da tabela 4 permite observar que, em 2010, a região Norte do Estado, que concentra apenas 5,3% da população do estado, recebeu 47,35% dos *royalties* distribuídos aos municípios, porém, apenas quatro municípios dessa região: Campos dos Goytacazes, Macaé, Quissamã e São João da Barra, receberam 45,6% de todo o volume de *royalties* distribuídos aos 92 municípios que constituem o Estado. Na região das Baixadas litorâneas, os municípios Cabo Frio e Rio das Ostras se destacam, recebendo juntos 12,3% do total. A região metropolitana, que concentra 74% da população do Estado, recebeu menos de 17% dos *royalties*. O município do Rio de Janeiro, apesar de concentrar quase 40% da população fluminense, recebeu menos de 5% dos *royalties* repassados. A participação da região serrana é de apenas 2,9%, para o mesmo ano.

Tabela 5 - Valores distribuídos dos Royalties do Petróleo e do Gás Natural pela ANP e pelo Estado, segundo as Regiões de Governo e municípios Estado do Rio de Janeiro - 2009-2010

Regiões de Governo e municípios	2010					
	Total	%	Distribuído pela ANP	Distribuído pelo Estado	População	%
Total	2 923 595	100%	2.632.030	291 565	15 989 929	100,00%
Região Metropolitana	494 123	16,90%	344 895	149 228	11 835 708	74,02%
Rio de Janeiro	143 259	4,90%	59 717	83 542	6 320 446	39,53%
Duque de Caxias	68 985	2,36%	41 932	27 053	855 048	5,35%
Niterói	48 866	1,67%	41 932	6 934	487 562	3,05%
Outros	233 012	7,97%	201 314	31 698	4 172 652	26,10%
Região Noroeste Fluminense	66 028	2,26%	56 917	9 111	317 493	1,99%
Região Norte Fluminense	1 384 262	47,35%	1.347.218	37 044	849 515	5,31%
Campos dos Goytacazes	711 224	24,33%	699.352	11 872	463 731	2,90%
Macaé	415 116	14,20%	400.331	14 785	206 728	1,29%
Quissamã	80 170	2,74%	76.338	3 832	20 242	0,13%
São João da Barra	125 768	4,30%	124.406	1 362	32 747	0,20%
Outros	51 984	1,78%	46 791	5 193	126 067	0,79%
Região Serrana	84 678	2,90%	65 786	18 892	805 627	5,04%
Região das Baixadas Litorâneas	559 199	19,13%	541.032	18 167	810 666	5,07%
Cabo Frio	143 789	4,92%	139.222	4 567	186 227	1,16%
Rio das Ostras	215 094	7,36%	212.423	2 671	105 676	0,66%
Outros	200 316	6,85%	189.387	10 929	518 763	3,24%
Região do Médio Paraíba	122 332	4,18%	88 342	33 990	855 193	5,35%
Região Centro-Sul Fluminense	30 246	1,03%	22 875	7 371	272 227	1,70%
Região da Costa Verde	182 727	6,25%	164 965	17 762	243 500	1,52%

Fonte: Anuário Estatístico 2011 - Fundação CEPERJ.

Conclui-se que a mudança na legislação referente ao repasse dos *royalties* aos Estados e Municípios produtores, no final da década de 1990, assim como o aumento no volume produzido e a elevação dos preços do petróleo no mercado internacional, ao longo da década de 2000, beneficiaram em larga escala as finanças do ERJ. No entanto, a distribuição dos *royalties* entre os municípios ressalta o fato de que a forte expansão da produção extrativa no estado beneficia de maneira desigual os municípios fluminenses, tal que os municípios pertencentes à Zona especial de produção da Bacia de Campos recebem somas estratosféricas de recursos, como é o caso de Campo dos Goytacazes, pertencente à Região Norte do estado, foi o município que mais recebeu *royalties* em 2010, mais de R\$ 711 milhões, enquanto que outros se beneficiam de forma marginal desses repasses, como é o caso dos municípios pertencentes à Região Serrana do estado.

CAPÍTULO II – PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O ERJ NA DÉCADA DE 2010

O cenário para o ERJ, como visto, mostra-se atualmente extremamente favorável. De fato, nos últimos anos, o estado vem ganhando notoriedade no âmbito nacional e internacional. A cidade do Rio de Janeiro, que já é o principal destino de turistas estrangeiros no Brasil, foi escolhida para ser sede da Copa do Mundo de futebol em 2014 e das Olimpíadas e Paraolimpíadas em 2016, o que atrairá grandes investimentos para a cidade nos próximos anos. Grandes avanços foram dados na questão da segurança pública, em particular com a instalação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) na cidade do Rio de Janeiro.

O Estado é o maior produtor nacional de petróleo e gás e possui as maiores bacias de reserva do Brasil localizadas na camada pré-sal de seu litoral. Com uma localização privilegiada, possui 635 km de costa no Sudeste do Brasil e permite acessar 50% do PIB do país num raio de 500km. Dessa forma, “o estado já desponta como um dos principais hubs logísticos do país, sendo responsável por grande parcela da movimentação nacional de cargas e passageiros”. (FIRJAN, 2012).

Essa perspectiva favorável, no entanto, vem acompanhada de diversos desafios a enfrentar. Alguns antigos, como a questão da pobreza, da saúde, da educação e do ambiente de negócios desfavorável, e alguns novos, como a construção da infraestrutura necessária no prazo para os grandes eventos que serão realizados na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, um importante desafio para o futuro do estado será a busca de alternativas, frente à indústria do petróleo, de forma a tornar a economia fluminense menos dependente desta atividade no futuro.

2.1 – Os investimentos previstos

Segundo o documento Decisão Rio 2012-2014, elaborado pela Firjan, o Estado receberá, nos próximos dois anos, investimentos da ordem de R\$ 211,5 bilhões relacionados principalmente aos investimentos da Petrobrás e das empresas parceiras no setor de petróleo e gás (50,9%), a infraestrutura (24,1%), a indústria de transformação (19,2%), as instalações olímpicas (4,1%), ao setor de turismo (0,8%), entre outros (0,9%).

Abaixo, os principais investimentos foram tratados, de acordo com os setores que mais se destacam: exploração e produção de petróleo e gás, logística e transportes, indústria de transformação e centros de pesquisa. Os principais setores da indústria de transformação que serão beneficiados são: construção naval, petroquímico, siderurgia, e automotivo, e serão tratados de forma separada.

Exploração e produção de petróleo e gás

A atividade de exploração de petróleo e gás será a mais beneficiada nos próximos anos. A Petrobrás e empresas parceiras deverão investir nesta atividade, segundo a Firjan, cerca de R\$ 107,7 bilhões de reais, além dos investimentos na exploração de campos de petróleo pela empresa OGX, da ordem de R\$ 6,5 bilhões. Como foi tratado no capítulo I, o Rio de Janeiro é responsável pela produção de 80% do petróleo e 50% do gás nacional, e os investimentos nesse setor são muito importantes também pelas indústrias, empresas prestadoras de serviços e centros de pesquisa e desenvolvimento que acompanham a indústria do petróleo. Todas essas atividades também têm procurado o Rio de Janeiro como local de suas operações.

Os números da Firjan ainda não incorporam os investimentos previstos na camada do pré-sal, como nos explica, Urani (2011):

“Com o pré-sal, os geólogos estimam a existência de mais de 80 bilhões de barris de reserva na camada abaixo do sal. É verdade que há um desafio tecnológico a ser vencido para viabilizar essa produção. Mas, mesmo assim, reservas dessa magnitude colocam o Brasil em uma posição geopolítica diferenciada no contexto internacional [...] vale lembrar que cerca de 70% da área dos campos encontra-se em frente ao litoral fluminense. Assim, grande parte da logística de suprimentos e operações será desenvolvida a partir do Rio de Janeiro”. (URANI, 2011, p. 44).

Logística e transportes

Segundo a Firjan, entre 2012-2014, o setor de logística receberá R\$21,3 bi em investimentos. Contar com infraestrutura logística ampla e de boa qualidade abre oportunidades para a atração de novos investimentos para o estado e gera um grande impacto positivo nas regiões em que são aplicados.

Os investimentos que mais se destacam nesse setor são:

- Construção do Arco Metropolitano: Um anel viário destinado principalmente à movimentação de cargas de longa distância, que contornará Região Metropolitana, permitindo o acesso adequado de cargas ao Porto de Itaguaí por toda a malha rodoviária do país. Este projeto destaca-se como importante fator de atração de empresas para seu entorno, sobretudo daquelas ligadas à cadeia de petróleo e gás, às indústrias química e petroquímica, e a serviços de apoio logístico.
- Construção de portos de alta capacidade e a ampliação dos já existentes. Nesses portos, serão transportados, além de contêineres, petróleo e derivados, minério de ferro, produtos siderúrgicos e automóveis, entre outros produtos. Com a grande capacidade esperada de armazenamento, escoamento de produtos e de atracação simultânea de vários navios com calados profundos, os portos do estado também serão estratégicos para a exportação e a importação de mercadorias. Os principais projetos são: a construção do Complexo Portuário do Açu e do Porto do Sudeste, e a expansão dos portos do Rio e de Angra.
- Ampliação e construção de aeroportos. O Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim será ampliado e adequado para atender ao expressivo aumento do fluxo esperado de passageiros, em função, principalmente, da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Também estão em andamento a construção e a ampliação de diversos aeroportos regionais com o objetivo primordial de apoiar a movimentação de funcionários nos campos de exploração de petróleo *offshore*.
- Construção da Linha 4 do metrô na cidade do Rio de Janeiro, além de investimentos em construção e adequação de trechos ferroviários, objetivando integrar melhor as diversas regiões do estado.

A expectativa é que os impactos que os diversos investimentos na melhoria e na ampliação da infraestrutura logística do estado vão provocar fortaleçam a sua localização privilegiada, tal que este se torne um centro logístico do país, atuando como um estratégico *hub* internacional.

Indústria de transformação

No segmento da indústria de transformação, serão investidos, no período 2012-2014, R\$ 40,5 bilhões, segundo a Firjan. Os principais setores beneficiados são:

Refino de petróleo e petroquímica

O ERJ conta atualmente com duas refinarias de petróleo, a Reduc, da Petrobrás, e Manguinhos. Neste setor, investimentos da ordem de R\$ 5,3 bi serão na construção de uma nova refinaria e unidade petroquímica da Petrobrás, o Comperj, que ficará localizado em Itaboraí, numa área de 45 milhões de m², e abrigará uma central petroquímica e duas unidades de refino, que produzirão cada uma, 165 mil barris/dia de diesel, gasolina, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo.

Indústria naval

Com foi destacado em Urani (2011), o ERJ tem longa tradição em grandes empreendimentos navais e *off-shore*. O estado concentra uma cadeia de estaleiros de diversos portes, possui *expertise* adquirida, mão de obra qualificada, proximidade com os principais fornecedores de navieças e dos grandes compradores, além de abrigar os principais centros de pesquisa, inclusive o tanque oceânico na UFRJ.

Após passar por uma grave crise nas últimas décadas, nos últimos anos, o setor naval vem sendo impulsionado e beneficiado pela política de compras com conteúdo nacional da Petrobrás, que aceita pagar mais caro pelo produto nacional em nome do desenvolvimento da indústria doméstica. Segundo a Firjan, este setor receberá R\$ 15,4 bilhões entre 2012 e 2014.

Dentre os principais investimentos que estão sendo realizados, destacam-se:

- O Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil, em Itaguaí, que engloba a construção de uma base naval e de um estaleiro para fabricação e manutenção de submarinos, bem como a fabricação de quatro submarinos convencionais e um nuclear.

- A Unidade de Construção Naval do Açu, que se dedicará a construção, conversão, reparo e manutenção de quaisquer tipos de embarcações, com ênfase na cadeia produtiva de petróleo e gás.
- Os investimentos na construção dos estaleiros Mauá e Ilha S.A. além dos investimentos em construção naval dos Grupos Fisher CBO e Brasbunker.

Siderurgia

“O Brasil produz 30% do minério de ferro comercializado no mundo. No entanto, somos responsáveis por apenas 2% da produção mundial de aço, segundo dados do Instituto Aço Brasil. Dessa maneira, está claro que o Brasil tem uma oportunidade importante a ser preenchida no setor de siderurgia” (BUENO; CASARIN 2011). O ERJ é um dos principais produtores de aço no Brasil e essa atividade é muito importante por representar uma atividade base da economia que possui fortes encadeamentos com outros setores como a indústria automobilística, naval, metal-mecânica e a construção civil, atividades que crescerão muito no estado nos próximos anos.

Em 2010, foi inaugurada, no município do Rio de Janeiro, a siderúrgica ThyssenKrupp CSA Companhia Siderúrgica do Atlântico, dobrando a capacidade de produção de aço no estado. Para os próximos anos, segundo a Firjan, mais de R\$ 20 bilhões serão investidos na instalação da siderúrgica Ternium, em São João da Barra, e na expansão da siderúrgica Gerdau, no Rio de Janeiro.

Indústria automobilística

A indústria automobilística vem crescendo continuamente na matriz produtiva do estado e receberá R\$ 6,1 bi em investimentos até 2014. Os municípios da região Sul Fluminense receberão praticamente todo o montante dessa indústria. Destacam-se neste setor, os investimentos na fábrica Renault-Nissan, em Resende, e na fábrica da PSA Peugeot Citroën em Porto Real. (FIRJAN, 2012).

Centros de pesquisa

A expansão da indústria do petróleo e siderurgia, somadas a oferta de mão de obra qualificada, tem atraído a instalação de centros de pesquisa de diversas empresas no estado, principalmente voltados para o desenvolvimento de tecnologias na área de petróleo e gás, e localizados no Parque Tecnológico do Rio, na Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. (URANI, 2011).

O Parque, que já conta com o Centro de Pesquisa da Petrobrás (CENPES), o centro de Pesquisa em engenharia da UFRJ (COPPE), e os centros de pesquisa da Baker Hughes, da FMC Technologies e da Schlumberger, receberá nos próximos anos, os centros de pesquisa da *General Eletric* e da Usiminas. O centro de pesquisa da L'Oréal também será construído, na ilha de Bom Jesus, vizinha ao Parque Tecnológico da UFRJ.

Esses centros de pesquisa são muito importantes para a aproximação da universidade com a iniciativa privada, o que estimula o desenvolvimento de novas tecnologias para melhorar a eficiência e qualidade dos produtos e serviços das empresas e elevar a qualidade do ensino universitário na cidade. A expectativa é que o pólo tecnológico na Ilha do Fundão seja um importante atrativo para novos negócios no ERJ na área de petróleo e gás.

Outros investimentos

Na área de energia elétrica, merece destaque a construção da Usina Nuclear Angra 3, com potência bruta de 1.405 MW, capaz de gerar 10,6 milhões de MWh por ano, equivalente a um quarto do consumo de ERJ. A usina terá 40 anos de vida útil e aumentará a confiabilidade do sistema elétrico da Região Sudeste.

Investimentos na área de desenvolvimento urbano também estão sendo realizados. Concentrados na cidade do Rio de Janeiro destacam-se os projetos do Porto Maravilha, com o objetivo de revitalizar a zona portuária, e o Morar Carioca, visando à urbanização das favelas da cidade.

2.2 - Os principais desafios a serem enfrentados

O momento positivo pelo qual a economia fluminense vem passando, principalmente a partir da segunda metade da década de 2000, e a alta expectativa para os próximos anos frente aos investimentos anunciados, aos grandes eventos que serão realizados na cidade do Rio de Janeiro e a descoberta das reservas do Pré-Sal, trazem a tona importantes desafios a serem superados pelo estado ainda nesta década. Dentre os principais, destacam-se: a redução da pobreza, a melhora nos índices de educação e saúde, o ambiente de negócios desfavorável, a realização dos grandes eventos, e a dependência em relação ao petróleo.

2.2.1 – Educação

Schwartzman (2011) destaca que, atualmente, a qualidade da educação e das escolas públicas no ERJ, que já foi a capital cultural do país, está mais próxima dos estados mais pobres do Nordeste do que dos estados mais desenvolvidos do Centro Sul.

Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009, o autor observa alguns graves problemas na situação de estudo da população do ERJ por faixa etária. No grupo de 6 a 14 anos, como ocorre em geral no país, quase todas as crianças estão matriculadas no ensino fundamental. Porém, no grupo dos jovens de 15 a 17 anos, que pela idade deveriam estar no ensino médio, 40% ainda estão no ensino fundamental, e 9% já não estudam mais. No grupo de 18 a 24 anos, que normalmente corresponderiam aos estudos universitários, 14% ainda estão no ensino fundamental ou médio, 18% em cursos superiores, e 66% já não estudam.

O atraso escolar, causado geralmente pela repetência ou interrupção temporária do estudo, cresce de forma acelerada entre os 9 e os 15 anos de idade, e só começa a se reduzir a partir daí pelo simples fato de que muitos alunos que estavam atrasados começam a abandonar a escola. (SCHWARTZMAN, 2011).

Em relação à qualidade do ensino no estado, utilizando o resultado do IDEB² para o ano de 2009, o autor observa que o ERJ, neste ano, ficou no mesmo nível da média da Região Nordeste. Entre 2005 e 2009, o índice do ERJ se manteve inalterado enquanto que os estados

² Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

do Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraíba melhoraram significativamente. Ao final do ensino fundamental, no 9º ano, o IDEB do ERJ foi bem inferior ao de São Paulo, Santa Catarina, Distrito Federal e Minas Gerais. No nível médio, o IDEB do ERJ só é melhor do que o do Piauí. Esses baixos níveis do ERJ no IDEB se devem, em parte, às altas taxas de reprovação que ainda persistem no estado.

Esses resultados reforçam a questão da qualidade da educação no estado como um dos desafios a serem enfrentados na atual década. É importante ressaltar, porém, que os resultados da educação não dependem apenas das escolas, mas também das condições econômicas, sociais e culturais das famílias.

2.2.2- Saúde

Em Muñoz (2011), a autora faz uma análise da atual situação do sistema de saúde no ERJ. Segundo a autora, o ERJ possui a maior quantidade de médicos e leitos por habitante e tem, também, um dos maiores gastos públicos com saúde, se comparado com outras unidades da federação. A maior quantidade de recursos, no entanto, não produz melhores resultados para a saúde no estado.

Segundo a análise da autora, apesar do ERJ possuir mais recursos, a população fluminense não utiliza, de forma mais ampla, os serviços de saúde em comparação com outros estados. O número de consultas por habitante no Sistema Único de Saúde (SUS) no ERJ é o menor da Região Sudeste, enquanto que o número de internações hospitalares no estado também é menor que a média dos outros estados.

A menor utilização dos serviços de saúde no ERJ, não indica que os resultados da saúde estão bons. Segundo a autora, o maior volume de internações no setor privado, por exemplo, pode indicar a principal falha dos modelos de atenção privada: a ênfase na hospitalização que não se apóia na atenção primária de forma eficaz. O maior número de consultas privadas pode ser um indício, também, de falhas na capacidade de gestão da saúde dos planos privados que não investem em prevenção.

Ainda segundo Muñoz (2011), outro aspecto importante sobre a utilização de serviços de saúde refere-se à crescente dependência dos profissionais de saúde aos exames complementares que, cada vez mais, substituem o papel central do médico. A clínica deveria

continuar sendo soberana, de modo que exames e tecnologias desnecessárias deixem de pressionar as despesas sem justificativa.

A autora considera que no caso do ERJ, a desarticulação entre as diferentes esferas do governo comprometeu os resultados da saúde da população. Além disso, existem falhas de governança devido à fragmentação do processo de planejamento e orçamentação, à complexidade da execução orçamentária e à ausência de autonomia gerencial, por conta, em parte, de falhas de incentivos e de responsabilização que possam se refletir na conduta dos servidores.

Percebe-se que a melhora nas condições de saúde no Estado, não depende apenas da ampliação dos recursos e da contratação de médicos, mas também da solução das falhas nos modelos de atenção público e privado, buscando principalmente a ampliação dos investimentos em prevenção e a resolução das falhas de governança do modelo público.

2.2.3 – Pobreza

Em Barros & Pero (2011), os autores buscam analisar a evolução recente da pobreza no estado e os desafios para o futuro. Utilizando dados da PNAD, os autores mostram que a extrema pobreza no estado diminuiu de um pico de 14% em 1993 para 5% em 2009, enquanto que a pobreza diminuiu de 40% para 16% no mesmo período. Essa queda foi mais acentuada no período (2005-2009), a uma taxa de 10% ao ano.

Essa redução da pobreza, segundo os autores, foi consequência tanto do aumento da renda *per capita* quanto da melhora na sua distribuição. De fato, a renda *per capita* aumentou para todas as faixas de renda, porém, a renda dos mais pobres cresceu a taxas mais elevadas que a renda dos mais ricos. O coeficiente de *Gini*, que mede a desigualdade na distribuição de renda de uma sociedade, caiu no ERJ de 0,57 em 2004 para 0,54 em 2009.

Os fatores determinantes para o aumento da renda *per capita* dos mais pobres no estado, foram, segundo Barros & Pero (2011): a expansão das transferências de renda governamentais e o aumento da remuneração do trabalho, associado principalmente ao aumento real do salário mínimo. Sendo este último, o fator que mais contribuiu para o aumento da renda *per capita* em todas as áreas do ERJ, ainda que com intensidades diferentes.

Os autores propõem que em função dos grandes projetos de investimento, o estado poderia assumir uma meta mais ousada de desenvolvimento social, ao estabelecer uma velocidade ainda maior para a redução do grau de pobreza nos próximos anos, através do aumento no ritmo de crescimento da renda *per capita* e do ritmo de diminuição da desigualdade na distribuição da renda. Tal que as camadas mais pobres da população sejam as mais beneficiadas.

Nesse sentido, é importante ter uma política de transferência de renda bem direcionada e bem condicionada, por exemplo, à frequência e ao desempenho escolar, pois a educação é o passo mais importante para completar o ciclo de saída da pobreza. De acordo com a análise dos autores, entretanto, mais importante do que ter uma política de transferências condicionada bem desenhada é melhorar a capacidade de geração de trabalho e renda. Tal que:

“o desafio maior para acelerar o combate à pobreza é melhorar as condições de trabalho, gerando: oportunidades para adquirir habilidades (mais educação e qualificação); oportunidades para utilizar produtivamente as habilidades adquiridas (mais empregos, melhores postos de trabalho, um sistema eficaz de intermediação de mão-de-obra etc.); melhor remuneração (maior produtividade do trabalho, maior poder de barganha); maior produtividade da economia (maior valor agregado, melhores preços, melhores termos de troca, crédito facilitado, maior apoio à comercialização”. (BARROS; PERO, 2011, p. 211).

Dessa forma, as políticas de transferência de renda aliadas à expansão do aumento da remuneração dos trabalhadores continuarão contribuindo para a redução da pobreza e principalmente da extrema pobreza no Estado. Porém, o maior desafio que o Estado enfrentará nos próximos anos será a ampliação da capacidade de geração de trabalho e renda principalmente para as camadas mais baixas da população, e a qualificação de seus trabalhadores.

2.2.4– O ambiente de negócios

Possuir um ambiente de negócios propício a investimentos privados é fundamental para o desenvolvimento econômico de uma região. Nas últimas décadas, a hostilidade do ambiente de negócios no ERJ representou um forte agravante para a fuga de empresas e para a

queda dos investimentos, contribuindo para a decadência econômica que perdurou até a segunda metade da década de 1990.

Ao longo da década de 1980 e 1990, a deterioração do ambiente de negócios no estado esteve associada a diversos fatores como: a estagnação econômica; a transferência de grandes bancos e instituições financeiras para São Paulo; as guerras fiscais entre os estados; o crescimento da violência urbana, principalmente na cidade do Rio de Janeiro; assim como da informalidade e da sonegação fiscal; a elevada carga tributária; a burocracia asfixiante; a deterioração das instituições públicas; e a corrupção.

Na última década, porém, é inegável que o ambiente de negócios melhorou no estado, permitindo que, recentemente, duas importantes agências internacionais de classificação de risco, elevasse o estado à posição de “*investment grade*”³. De fato, deve-se levar em consideração:

- i. A redução da violência urbana, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, com a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que é hoje um exemplo de sucesso para todo o país.
- ii. O esforço fiscal por parte do governo estadual, buscando melhorar a arrecadação através da realização de concurso público para auditores da Receita Estadual em 2007, de investimentos em tecnologia da informação e modernização da administração tributária, e da instituição de gratificação vinculada a desempenho para os auditores da receita em 2010, como foi destacado em Vellela & Tafner (2011), melhorando o resultado primário do estado e restaurando a credibilidade do estado como bom pagador.
- iii. A previsão de grandes obras de infraestrutura associadas à exploração de petróleo, a logística de transporte, e a realização dos grandes eventos. O que vem trazendo para o estado, recursos públicos federais e privados em montantes jamais vistos.

Contudo, como destaca Urani (2008), os grandes projetos são, sem dúvida, importantes, porém não atacam o cerne da questão, quando se trata de ambiente de negócios, que é o que o autor chama de “viés anticapitalista do arcabouço institucional do estado”. O autor considera que a melhora no ambiente de negócios para as micro e pequenas empresas, deve ser vista, na região metropolitana do ERJ, como o elemento essencial de uma estratégia de criação de mais e melhores postos de trabalho e de combate às causas da pobreza no longo prazo, visto que,

³ <http://www.rj.gov.br/web/sefaz>, acessado em 10 de agosto de 2012.

essas empresas são responsáveis pela geração da grande maioria dos postos de trabalho e empregam a maioria dos chefes de família das classes pobres e indigentes. Esses são pobres porque são mal remunerados, e são mal remunerados porque as empresas em que trabalham são pouco produtivas. Melhorar a produtividade dessas empresas abre, portanto, espaço para a redução da pobreza e da indigência.

Quando se trata da hostilidade do ambiente de negócios, Urani (2008) considera que além da redução da burocracia asfixiante e da elevada carga tributária, a democratização do acesso aos serviços produtivos (crédito; capacitação; assistência técnica, contábil e jurídica; diversos tipos de infraestrutura; apoio a comercialização etc.) é de suma importância para o desenvolvimento das PMEs e dessa forma, para a redução da pobreza.

No tocante a redução da burocracia, o governo Estadual criou a SEFAZ Fácil e o Cadastro Fácil, que visam desburocratizar o processo de abertura de empresas no estado. Segundo dados da própria SEFAZ, o tempo médio para abertura de novas empresas no estado caiu de 49 dias em 2008, para 33 dias em 2010, porém esse resultado ainda está muito aquém do desejável se for comparado a outros estados. Com o objetivo de simplificar a arrecadação e aumentar a formalização das empresas, o governo federal criou os programas SIMPLES e SUPER SIMPLES, que buscam atender a micro e pequenas empresas.

O ambiente de negócios no ERJ vem melhorando nos últimos anos, porém, ainda há a necessidade da adoção de ações que visem: a democratização do acesso aos serviços produtivos por parte das MPEs, a redução da ainda elevada carga tributária, a simplificação da legislação, a manutenção e expansão das ações voltadas para a redução da violência urbana e a melhoria na infraestrutura do estado.

2.2.5- Os Grandes Eventos

A cidade do Rio de Janeiro, até o final de 2012, já sediou os Jogos Pan-Americanos em 2007, os Jogos Mundiais Militares e um *Rock in Rio* em 2011, e, em 2012, o Encontro Mundial da ONU para o Clima, o “Rio+20”. Para os próximos quatro anos, estão previstos outro *Rock in Rio* em 2013, a Copa do Mundo da FIFA em 2014, e, em 2016, os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

Estes eventos trouxeram à tona a imagem do Rio de Janeiro no cenário internacional e atraíram elevado volume de recursos para o ERJ e principalmente para a cidade do Rio de Janeiro. A realização desses eventos e a utilização adequada dos recursos podem deixar um importante legado tangível e intangível de transformação da cidade. Como foi o caso da cidade de Barcelona, cidade sede dos Jogos Olímpicos de 1992, que buscou utilizar os Jogos para o seu desenvolvimento.

Apesar do sucesso de Barcelona, não faltam exemplos de insucessos. Atenas 2004 e Pequim 2008 investiram excessivamente em equipamentos esportivos e hoje enfrentam a subutilização ou degradação desses espaços. Montreal 1976 gerou déficit orçamentário e uma dívida que só foi quitada recentemente. (GÓES, 2011).

Sob a justificativa do calendário para os grandes eventos, a prefeitura do Rio de Janeiro criou um plano estratégico para a cidade, chamado de Plano Pós-2016. Este plano busca atingir metas ambiciosas em diversas áreas como: transportes, infraestrutura urbana, segurança, saúde, meio ambiente, emprego e renda, e investimento social. São esperados investimentos entre R\$20 bilhões e R\$ 30 bilhões.

Em uma projeção realista, espera-se que após a realização desses grandes eventos, o Rio de Janeiro ganhe visibilidade como uma cidade global, com índices de violência e educação dentre os melhores das maiores capitais do país; infraestrutura de transportes em massa capaz de integrar de forma eficiente toda a região metropolitana do estado, que concentra três quartos de sua população; praias e lagoas despoluídas, acesso amplo da população ao saneamento básico, a infraestrutura urbana e aos serviços públicos; além de aprimoramentos no setor de turismo, com a melhoria da rede hoteleira na cidade e a ampliação e modernização dos aeroportos. Para que esses objetivos sejam alcançados, é necessário um trabalho coordenado entre as três esferas de governo de forma eficiente e transparente, e o envolvimento da sociedade.

2.2.6 - A questão do petróleo

No capítulo I, foi visto que os recursos obtidos em função da expansão e intensificação da atividade extrativa de petróleo foram fundamentais para a reversão do quadro de estagnação econômica no ERJ apresentado até a segunda metade da década de 90. O setor do

petróleo, ao longo da década de 2000, foi responsável pela atração de volume considerável de investimentos para o estado e teve papel de destaque nas contas públicas do governo estadual e de diversos municípios através dos *royalties* recebidos.

A perspectiva é que com a exploração da camada do Pré-Sal nos próximos anos, os investimentos e os recursos oriundos desta atividade crescem significativamente. Porém, a atividade de exploração de petróleo *off-shore*, principalmente exploração em águas profundas, como é o caso da Bacia de Campos, possui particularidades e riscos que não podem ser ignorados.

O petróleo é uma *commodity* cujos preços possuem alta volatilidade no mercado internacional, variando de acordo com a demanda internacional. O crescimento interno baseado no dinamismo deste único setor deixaria a economia fluminense altamente vulnerável ao cenário externo. Num contexto mais abrangente, o país como um todo poderá ser afetado negativamente caso as vultosas quantias de divisas internacionais que entrarão no país sejam mal alocadas, podendo gerar a chamada “doença holandesa” e comprometer a indústria nacional.

A atividade de extração de petróleo e gás baseia-se na exploração de um recurso finito, é pouco intensiva em mão de obra e, no ERJ, fica localizada principalmente fora da Região Metropolitana, onde se encontra três quartos da sua população. Como destaca Urani: “o crescimento baseado no dinamismo deste único setor, portanto, acaba sendo um crescimento torto, pois tem pouco impacto sobre o emprego e a renda da maior parte da população”. (URANI, 2008, p. 44).

No tocante aos recursos oriundos dos *royalties* do petróleo, começou a tramitar na Câmara dos Deputados em 2011, um projeto de lei⁴ que visa redistribuir os *royalties* do petróleo de forma a beneficiar estados e municípios não produtores. A proposta foi aprovada no Congresso Nacional, vetada pela Presidente Dilma Rousseff e atualmente é analisada pelo Supremo Tribunal Federal. Esta proposta foi apontada como inconstitucional segundo os governos dos estados produtores, e caso entre em vigor trará enorme prejuízo as finanças públicas do ERJ e principalmente as finanças dos municípios produtores. Isso mostra que a distribuição desses recursos esta sujeita a mudanças na legislação vigente e em função disso, é

⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/205561-PROJETO-CRIA-NOVA-REGRA-PARA-DISTRIBUICAO-DE-ROYALTIES-DO-PETROLEO.html>> Acesso em 15 ago. 2012.

importante que os governos estaduais e municipais busquem diversificar suas receitas, para não terem problemas orçamentários caso a atual legislação seja modificada no futuro.

Soma-se a isso o fato de que as regiões onde há exploração de petróleo *off-shore*, se vêem diante de um elevado risco ambiental. Um vazamento de óleo no oceano pode ocasionar graves danos ambientais, como ocorreu no Golfo do México em 2010⁵. Em 2011, um vazamento na Bacia de Campos, cuja responsabilidade foi assumida pela petrolífera Chevron⁶, mostrou que a extração de petróleo no território nacional também não está livre de acidentes. Estes eventos servem de alerta para a necessidade da adoção e fiscalização de normas mais rígidas voltadas para o processo de exploração e transporte de petróleo no país, visando evitar ao máximo essas catástrofes ambientais.

A estratégia de desenvolvimento para o estado não pode estar pautada apenas na indústria do petróleo e gás e nos recursos que a exploração do Pré-Sal trará nos próximos anos. Alternativas frente à atividade do petróleo devem ser trabalhadas, caso contrário, nas próximas décadas, o petróleo terá trazido apenas euforia, sem impactos estruturais positivos para o bem estar da população fluminense.

⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/05/vazamento-de-petroleo-desafia-tecnologia-no-golfo-do-mexico.html>>. Acesso em 10 ago. 2012.

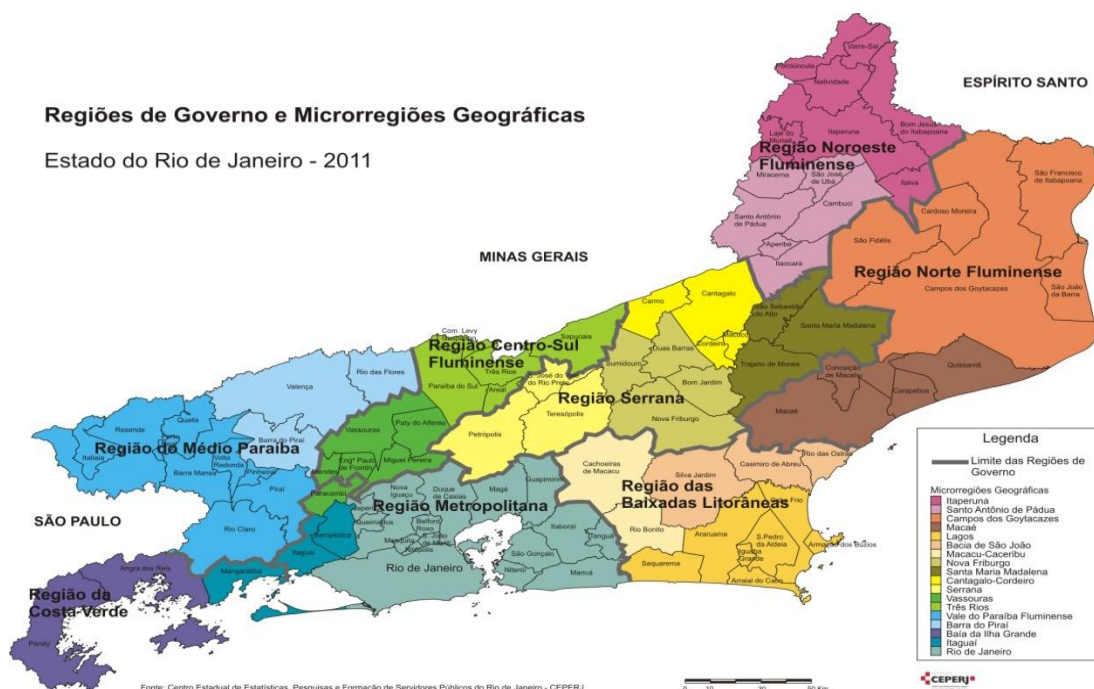
⁶ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/vazamento-de-oleo-da-chevron-pode-ser-oito-vezes-maior-diz-anp-3261731>>. Acesso em 10 ago. 2012.

CAPÍTULO III – DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DA REGIÃO SERRANA

3 – Principais características da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro

A região serrana do ERJ possui 6.936 Km² de extensão, com uma população de 85.627 habitantes, representando 15,85% da extensão e 5% da população total do Estado. Essa região faz fronteira com outras cinco regiões do ERJ e com o Estado de Minas Gerais e é dividida em quatro microrregiões que abrangem ao todo quatorze municípios (como ilustrado na Figura 1): Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes. Historicamente, a região foi destino de imigrantes europeus que a escolheram em função de seu clima ameno e da proximidade com o Rio de Janeiro.

Figura 1 – Regiões de governo e microrregiões geográficas do ERJ

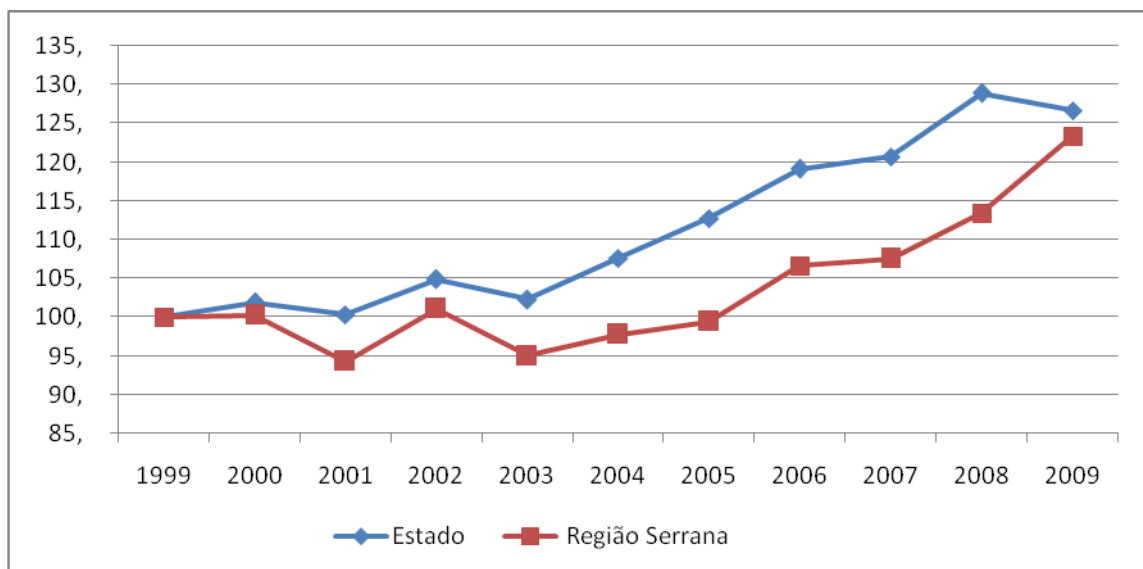


Fonte: Fundação CEPERJ.

3.1- VAB e estrutura econômica

Duas fases na evolução do VAB da região serrana e do Estado podem ser identificadas ao longo do decênio (1999-2009), como mostra o Gráfico 2. Na primeira fase (1999-2003) o crescimento se deu de forma tímida e instável para o ERJ, o crescimento médio nesse período foi de 0,6% a.a., enquanto que a região serrana regrediu em média 1,25% a.a.. Na segunda fase (2004-2009) pode-se observar um crescimento mais robusto e estável tanto para o Estado quanto para a região serrana. Nesse período, a média de crescimento do VAB estadual foi de 4% a.a., enquanto que o crescimento médio da região serrana foi ainda maior, 4,8% a.a.. Percebe-se que no ano 2009, o crescimento acumulado da região serrana ao longo do decênio, igual a 23,3%, ficou próximo do crescimento acumulado do Estado, igual a 26,7%. Ao longo da década, a região serrana manteve praticamente constante a sua participação no VAB estadual, em torno de 4%.

Gráfico 2 – Evolução real do VAB do ERJ e da Região Serrana (1999 = 100)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Fundação CEPERJ deflacionados pelo deflator implícito do PIB - IBGE.

O crescimento econômico positivo e estável observado para a região a partir de 2004, revertendo o quadro de recessão presente entre 1999-2003, foi puxado principalmente pelo município de Petrópolis, que entre 2004-09 cresceu em média 5,2% a.a, resultado muito diferente do período 1999-2003 quando esse município teve uma queda média de 0,2% a.a. do VAB. Entre 2004-09, Teresópolis aumentou seu VAB em média 4,5% a.a. contra a redução

média de 1,1% a.a entre 1999-2003. Nova Friburgo, após um período de queda média de 2,0% a.a. entre 1999-03, reverteu essa situação e teve um crescimento médio do VAB de 2,5% a.a. entre 2004-09.

Ao longo da década de 2000, a indústria na região serrana aumentou significativamente sua participação relativa no VAB da região, assim como no VAB industrial do Estado. Segundo o Anuário Estatístico 2012 da Fundação CEPERJ, entre os anos 2000 e 2009, a participação industrial no VAB da região serrana aumentou de 17,8% para 23,6%. No mesmo período, a indústria da região aumentou sua participação no VAB industrial do Estado, passando de 3% em 2000 para 3,6% em 2009.

A agropecuária na região, apesar de ter perdido participação relativa no VAB regional, ganhou no VAB da agropecuária no Estado. A participação desse setor no VAB total regional passou de 3,6% em 2000, para 3,1% em 2009. Entretanto, sua participação no VAB agropecuário do Estado aumentou de 22,2% em 2000 para 25,3% em 2009. Percebe-se aqui o importante papel da região serrana na agropecuária estadual.

Em relação à participação dos serviços na Região, apesar de ainda representar quase três quartos do VAB total, esse setor perdeu participação relativa, passando de 78,6% em 2000 para 73,3% em 2009. A participação do setor de serviços da região serrana no VAB dos serviços no Estado teve uma queda marginal de 0,2%, passando de 4,2% em 2000 para 4% em 2009.

No tocante a participação dos municípios no PIB da Região, como mostra a Tabela 6, os municípios de maior destaque são respectivamente: Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis. Juntos, esses três municípios são responsáveis por aproximadamente 82% do PIB e 80% da população total. Estes municípios serão, portanto, o foco de estudo do próximo capítulo. O PIB *per capita* da Região para o ano de 2009 foi de R\$16.063, bem inferior à média do ERJ de R\$ 22.103. Nesse mesmo ano, a participação percentual do PIB da Região Serrana no PIB estadual total foi de 3,75%.

Tabela 6 - Área total, PIB, PIB per capita e número de habitantes dos municípios da região serrana e suas respectivas participações percentuais

Região de governo e municípios	Área total (km ²)	%	2009			Nº de habitantes	%
			PIB a preços de mercado (R\$ 1.000)	%	PIB per capita (R\$)		
Região Serrana	6 935,9	100,00%	13 219 748	100,00%	16 063	805 627	100,00%
Bom Jardim	384,2	5,54%	360 323	2,73%	13 572	25 333	3,14%
Cantagalo	751,0	10,83%	622 858	4,71%	30 324	19 830	2,46%
Carmo	305,5	4,40%	291 441	2,20%	16 170	17 434	2,16%
Cordeiro	111,5	1,61%	199 013	1,51%	10 000	20 430	2,54%
Duas Barras	375,3	5,41%	145 481	1,10%	13 358	10 930	1,36%
Macuco	77,8	1,12%	80 818	0,61%	14 365	5 269	0,65%
Nova Friburgo	933,4	13,46%	2 638 733	19,96%	14 770	182 082	22,60%
Petrópolis	792,3	11,42%	5 831 205	44,11%	18 505	295 917	36,73%
Santa Maria Madalena	815,2	11,75%	109 217	0,83%	10 136	10 321	1,28%
São José do Vale do Rio Preto	220,8	3,18%	184 234	1,39%	8 955	20 251	2,51%
São Sebastião do Alto	397,6	5,73%	83 304	0,63%	9 203	8 895	1,10%
Sumidouro	412,6	5,95%	206 854	1,56%	13 508	14 900	1,85%
Teresópolis	770,7	11,11%	2 388 092	18,06%	14 734	163 746	20,33%
Trajano de Moraes	588,0	8,48%	78 175	0,59%	7 885	10 289	1,28%

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censos Demográficos. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas

3.2 - Perfil socioeconômico

Para a análise do desenvolvimento socioeconômico da região serrana foi utilizado o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM. Este índice considera, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento humano: emprego e renda; educação; e saúde. A leitura dos resultados é bastante simples, variando entre 0 e 1 (quanto mais próximo de 1, maior será o nível de desenvolvimento da localidade). Com base nessa metodologia, estipulam-se as seguintes classificações:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 ► baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 ► desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 ► desenvolvimento moderado;
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 ► alto estágio de desenvolvimento

A análise deste índice permite observar que a região serrana possui um alto grau de desenvolvimento social apesar de um moderado estágio de desenvolvimento econômico. De acordo com a Tabela 7, tendo como base o IFDM, os três principais municípios da região serrana (Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis) obtiveram, ao longo da década de 2000,

alto estágio de desenvolvimento nos quesitos educação e saúde e desenvolvimento moderado no quesito emprego & renda. Para o ano de 2010, o IFDM médio dos municípios serranos foi de 0,8 no quesito educação e 0,81 no quesito saúde. Porém, no quesito emprego & renda, a média municipal foi de apenas 0,45. Para o ERJ, em 2010, o IFDM consolidado foi de 0,823. Nos quesitos emprego & renda; educação; e saúde, o índice foi de respectivamente: 0,874; 0,769; e 0,825.

Cabe ressaltar que em janeiro de 2011 a região foi fortemente atingida pelas chuvas, gerando inundações e deslizamentos de terra que culminaram com a morte de quase mil pessoas e deixaram milhares de desabrigados. A tragédia foi amplamente explorada pelos meios de comunicação e recursos provenientes das esferas federais e estaduais foram destinados para a reconstrução da infraestrutura urbana da região e para dar assistência aos desabrigados e moradores de áreas de risco. Porém, poucos meses depois da tragédia, ainda em 2011, denúncias de corrupção e desvios de verbas começaram a aparecer culminando com o afastamento dos prefeitos de Nova Friburgo e Petrópolis. Ainda não há dados seguros para afirmar o impacto que as chuvas de 2011 tiveram sobre a produção industrial e agrícola da região, mas pode-se afirmar que a tragédia foi um forte agravante para a sua economia.

3.3 - Instituições de Apoio ao desenvolvimento da Região

Diversas instituições públicas e privadas atuam na Região Serrana com o objetivo de incentivar a economia local, dentre as principais encontram-se:

- O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas (SEBRAE), que desenvolve atividades variadas de apoio à criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas (MPes) na região, desenvolvendo projetos de arranjos produtivos, associativismo, capacitação empresarial, reciclagem de resíduos, incubadora de empresas, empreendedorismo, agricultura orgânica, turismo e realizando cursos, seminários, *workshops*, feiras e eventos.
- O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), com participação ativa no desenvolvimento local, realizando cursos, seminários, workshops, treinamento *in company*, além de assessoria a empresas, abrangendo diversas áreas, especialmente o turismo, hotelaria e gastronomia.
- A representação regional da Firjan, que desenvolve diversas atividades de apoio ao setor industrial, proporcionando orientação aos investidores, difusão de novas tecnologias, capacitação gerencial e implantando projetos sociais.
- A Fundação Dom Cintra. Instituída como Fundação de Apoio à Universidade Católica de Petrópolis destaca-se na realização de projetos de consultoria nas áreas científica, tecnológica, cultural pública e de gestão empresarial, realização de pesquisas, alocação de pessoal técnico e promoção de eventos.
- O G.E.T – Grupo de Empresas de Tecnologia de Petrópolis. Entidade sem fins lucrativos que reúne empresas que utilizam tecnologia através de soluções inovadoras em comércio eletrônico, educação, multimídia e software. O Grupo desenvolve atividades de capacitação técnica, projetos de inclusão digital, responsabilidade social, introdução de novas tecnologias, além de se constituir no fórum para discussões de problemas comuns relacionados às empresas de tecnologia da informação associadas.
- No setor de Vestuário atuam o Sindicato dos Vestuários (Sindinvest), o Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e o Conselho da Moda. O objetivo do Sindinvest é representar as empresas do setor de vestuário da região, oferecendo serviços e transferindo conhecimentos que agreguem valor aos empresários nas áreas de gestão de negócios, empreendedorismo e tecnologias específicas do setor. O Pólo de Moda Íntima de Nova

Friburgo e Região, com cerca de 900 confecções, tem como objetivo capacitar os confeccionistas para serem competitivos nacional e internacionalmente, e o Conselho da Moda, busca incentivar o setor e acompanhar os resultados das ações do Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região, de forma a evitar a duplicidade de ações.

- As prefeituras também exercem importante papel na promoção do desenvolvimento da região, através da concessão de incentivos fiscal, realização de projetos e parcerias com instituições de apoio, grandes empresas e as outras instâncias de governo.

3.4 – Perspectivas

Dos R\$ 181,4 bi em investimentos anunciados no documento Decisão Rio 2011-2013 da Firjan, a Região Serrana ficou com apenas 0,7% do total, ou seja, R\$1,3 bi. Esses investimentos estão relacionados à implantação de uma fábrica de máquinas e equipamentos da *General Electric* em Petrópolis; implantação da Usina hidrelétrica de Simplício em Sapucaia; implantação de uma fábrica de bebidas da Nestlé em Três Rios.

Em relação aos tradicionais setores Têxtil e Vestuário, a forte “enxurrada” dos importados, principalmente chineses, praticamente acabou com a Indústria têxtil da Região Serrana, que foi fortemente afetados nos últimos anos, apesar da lei do ICMS que, em 2005, reduziu a alíquota para compras na região de 19% para 2,5%, gerando aumento das compras das empresas locais na própria região. Dessa forma, não se espera uma recuperação desse setor no curto e médio prazo.

O setor de Vestuário, apesar de também sofrer com a “enxurrada” dos produtos chineses, beneficia-se da expansão do comércio da região, e pode sobreviver à concorrência com os importados, caso adote algumas medidas propostas por várias instituições do Setor. Como priorizar o *design* e à exploração de conceitos genuinamente brasileiros aos produtos nacionais. Dado que a concorrência com os produtos chineses se dá principalmente via preços e não pela qualidade, o setor deve buscar agregar valor ao produto nacional buscando qualidade e diferenciação. Dessa forma, poderá estimular as vendas internamente e expandir as exportações.

As chuvas de 2011 e 2012 afetaram seriamente a economia da região. Estima-se que 17 mil famílias que se sustentavam da atividade agropecuária tenham sido afetadas⁷, no comércio, 84% dos empresários da região foram afetados pelas chuvas de janeiro e os prejuízos estimados pela Federação do comércio do ERJ são de R\$ 469 milhões. Na Indústria, do total de 278 empresas do Sistema Firjan, 68% foram afetadas, a maioria em Nova Friburgo. Os prejuízos estimados pela Firjan foram de R\$153 milhões. O Turismo também foi seriamente abalado pelas chuvas. Esse quadro indica que investimentos em planejamento e infraestrutura urbana são essenciais para o desenvolvimento futuro da região. Até o momento, poucas medidas nesse sentido foram tomadas e somam-se escândalos relacionados ao desvio de recursos voltados para os desabrigados da chuva e para a reconstrução das cidades mais afetadas. Esses escândalos levaram ao afastamento dos prefeitos de Nova Friburgo e Teresópolis.

⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/01/tragedia-na-regiao-serrana-do-rj-faz-um-ano-ainda-com-cicatrizes.html>. Acesso em: 10 ago. 2012.

CAPÍTULO IV – DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DE MUNICÍPIOS SERRANOS SELECIONADOS

4.1– Petrópolis

4.1.1 – Características gerais

O município de Petrópolis localiza-se no topo da Serra da Estrela, pertencente ao conjunto montanhoso da Serra dos Órgãos, a 845 metros de altitude média, sendo que a sede municipal está a 810 metros de altitude. Limita-se ao Norte com São José do Vale do Rio Preto, a Leste com Teresópolis e Magé, ao Sul com Duque de Caxias e Miguel Pereira e a Oeste com Paty de Alferes, Paraíba do Sul e Areal.

Fundada em 1843, Petrópolis ficou conhecida como Cidade Imperial por servir de residência de veraneio da família real portuguesa durante o império. Seu nome inclusive, cujo significado é Cidade-de-Pedro teve origem com Dom Pedro I. Mesmo com a Proclamação da República e exílio da Família Imperial, Petrópolis soube manter seu prestígio, sendo, inclusive, capital do estado de 1894 a 1903. Em Petrópolis foi assinado o tratado que anexava o estado do Acre ao território brasileiro. A partir de 1904, a antiga residência do Barão do Rio Negro torna-se casa de veraneio dos Presidentes da República. A Cidade Imperial, também tornou-se o reduto preferido de artistas, intelectuais e nobres, como: Santos Dumont, Rui Barbosa, Barão do Rio Branco, Nair de Tefé, entre outros.⁸

O Município encontra-se às margens de uma das principais rodovias do país, a BR 040, que liga o Rio de Janeiro ao Distrito Federal, possibilitando fácil acesso à Região Metropolitana do Estado. Conta ainda com o entroncamento da BR 393, em Três Rios, possibilitando o acesso a São Paulo e ao Sul do País. Esta mesma rodovia permite o escoamento da produção para todo o Nordeste do Brasil. A economia do município se beneficia desta condição privilegiada em termos de logística, pois num raio de 500 km encontram-se em torno de 43% do PIB e 70% da movimentação de cargas do país.

⁸ Fonte: Site da prefeitura de Petrópolis (<http://www.petropolis.rj.gov.br>).

O relevo de Petrópolis seguiu a conformação do Vale da Serra da Estrela, seu entorno é marcado por um relevo rico onde se destacam encostas abruptas e montanhas de largas pedreiras. Além disso, Petrópolis abriga, em conjunto com os Municípios de Magé, Guapimirim e Teresópolis, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. O clima da cidade é o tropical de altitude com verões úmidos e invernos secos. A temperatura é amena, com média anual em torno dos 19°C.

Representando 1,8 % da área do Estado do Rio de Janeiro e 11,4% da Região Serrana, Petrópolis possui 792,3 Km², distribuídos em 5 Distritos: Petrópolis, Cascatinha, Itaipava, Pedro do Rio e Posse. O município desempenha papel de pólo econômico regional por representar 44% do PIB e 37% do número de habitantes totais da região serrana e por suprir, com seu comércio e serviços as necessidades dos municípios próximos.

4.1.2 - PIB e estrutura econômica

Como foi visto anteriormente, duas fases podem ser identificadas em relação à evolução do PIB da região serrana. A primeira, observada entre 1999-2003, caracteriza-se pela estagnação econômica em Petrópolis e recessão na região serrana como um todo. Nessa primeira fase, o PIB de Petrópolis cresceu apenas 0,3% a.a. em média, enquanto que o PIB da RS regrediu em média 1% a.a.. A segunda fase, entre 2004-2009, caracteriza-se pelo crescimento acelerado do PIB, revertendo o quadro de estagnação e recessão presente no início da década. Nessa segunda fase, o PIB de Petrópolis cresceu em média 4,9% ao ano, com destaque para os anos de 2005 e 2006, quando cresceu respectivamente 9% e 14,5%. Esse bom desempenho do município, acompanhado do melhor desempenho econômico dos outros municípios da região, impulsionaram o PIB dessa região nesse período, que cresceu em média 4,4% a.a.. O desempenho econômico de Petrópolis é determinante para o desempenho da região serrana, já que este município representa mais de 40% do PIB e mais de 50% do PIB industrial da região.

O VAB⁹ de Petrópolis estava distribuído em 1999, tal que os Serviços¹⁰ respondiam por 82,3%, a Indústria por 17,4% e a agropecuária por 0,3%. Em 2003, a Indústria ganhou

⁹ Fonte: PIB dos municípios- IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/piddosmunicipios>>. Acesso em 10 ago. 2012.

¹⁰ Inclui Administração Pública.

participação, passando para 23,9% do PIB, enquanto que os Serviços caíram para 75,8%. Isso mostra que na fase de estagnação, o setor de Serviços sofreu mais que a Indústria no município. Em 2009, a participação da Indústria cresceu para 28,5% do VAB petropolitano, enquanto que a participação dos Serviços caiu para 71,3%.

A evolução no número de contratações permite supor que essa retomada do crescimento a partir da metade da década se deu de forma generalizada entre os grandes setores, com destaque para o setor comercial que aumentou o número de vínculos ao longo de toda a década. A exceção foi o setor agropecuário em função do caráter pouco fértil do solo no município, que impede o desenvolvimento deste setor. Segundo a RAIS, como será visto na próxima seção, após uma fase de estagnação das contratações nos primeiros anos da década, todos os setores aumentaram o número de contratações a partir de 2003.

Os atuais vetores de crescimento da economia petropolitana estão materializados na expansão do turismo, na consolidação dos pólos de comércio da Rua Teresa, do Bingen e de Itaipava, do pólo moveleiro do Bingen, no Projeto Petrópolis-Tecnópolis, além da expressiva contribuição para o desenvolvimento econômico do município de empresas de grande porte como a GE-Celma, Dentsply, Huyck, SOLA Optical, Aalborg, Werner, Cervejaria Itaipava, entre outras.

Pólos de comércio

O comércio varejista de Petrópolis é voltado principalmente para o setor de vestuário e tem como principais componentes os Pólos de Moda da Rua Teresa do Bingen e as lojas no distrito de Itaipava. Segundo a prefeitura, somente o Pólo de Modas da Rua Teresa tem 900 lojas e responde atualmente por 14% do PIB do município, gerando 40 mil empregos diretos e indiretos¹¹. A maioria das peças vendidas nos pólos de moda de Petrópolis é elaborada pelo Pólo de Confecções do município, entretanto as importações chinesas já chegam a 20% dos produtos vendidos no pólo da Rua Teresa¹².

O Pólo de Móveis de Petrópolis é constituído por aproximadamente 70 empresas, principalmente de micro e pequeno porte, que atuam na fabricação de móveis, tecidos e outros

¹¹ Guia do Investidor de Petrópolis 2012.

¹² Jornal O Globo. Caderno Economia, p.27, 8 abr. 2012.

artigos de decoração, com faturamento mensal de R\$2,5 milhões e geram 700 empregos diretos e 400 indiretos. Possui uma linha de produtos diversificada e a comercialização é feita através da venda em atacado ou diretamente para o consumidor final, tendo como diferencial a possibilidade de customização dos produtos. As lojas do Pólo estão concentradas em grande número no Bingen e em Itaipava.

Turismo

Conhecida como cidade Imperial, Petrópolis atrai 1,8 milhão de turistas e visitantes por ano voltados principalmente para o turismo histórico e ecoturismo. Dentre os pontos turísticos mais procurados estão o Museu Imperial, o Palácio de Cristal, o Museu Casa de Santos Dumont, o Palácio Rio Negro e a Catedral de São Pedro de Alcântara. O Ecoturismo reúne trilhas ecológicas e de aventura, com montanhismo, banhos de cachoeira, cavalgadas, arvorismo, rapel e outros, podendo aproveitar o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Pedra do Açu, Cachoeira Véu da Noiva, entre outros. De acordo com o Estudo de Competitividade do Ministério do Turismo, Petrópolis é um dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil e um dos 5 no Estado do Rio de Janeiro por promover a aceleração econômica e o incremento em diversas áreas, como ambiental, cultural e social.

Projeto Petrópolis Tecnópolis

O Projeto Petrópolis Tecnópolis (PPT), lançado em 1999, planejado e desenvolvido por diversas instituições privadas e públicas da cidade, com o objetivo de gerar desenvolvimento regional sustentável através da atração, fixação e apoio ao crescimento de instituições e empresas de base tecnológica. O projeto foi criado como alternativa para a cidade frente à crise de sua indústria têxtil após a abertura econômica nos anos 1990 (especificamente na produção de tecidos). (CASSIOLATO; GUIMARÃES, 2004).

A linha de ação empreendida efetivamente pelo projeto foi à atração de empresas para a cidade. Para isso, a prefeitura local reduziu a alíquota de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e as taxas municipais para a instalação de empresas de tecnologia na cidade e foi construído o condomínio tecnológico da Fundação Parque de Alta Tecnologia de

Petrópolis (FUNPAT), o Tecnopolo I. Este foi lançado como um condomínio moderno com infraestrutura tecnológica completa onde as empresas poderiam alugar espaços e instalar-se.

Segundo Cassiolato e Guimarães (2004), Diversas críticas ao PPT foram feitas, dentre elas: o condomínio tecnológico consumia grandes recursos e não era prioridade do plano, além de não ter as qualidades anunciadas; não se desenvolveu nenhum programa de capacitação tecnológica e de ações efetivas que gerassem cooperação/interação entre as empresas e as universidades, centros de capacitação e o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), instalado em 1998.

Diante das críticas um novo modelo de gestão foi criado e visa, dentre outros objetivos: maior interação Universidade X Empresas X Governo; Capacitação e certificação para as PMEs regionais de Software; rede de acesso metropolitana de alta velocidade; e a implementação de uma base de dados de empresas.

4.1.3 - Estabelecimentos e empregos

O número de empregos formais em Petrópolis cresceu continuamente ao longo da década de 2000, porém a velocidade desse crescimento não ocorreu de forma regular. Segundo dados da RAIS (Tabela 8), entre 2000 e 2011, o número de empregos no município cresceu 42%. Nos primeiros anos da década, esse crescimento se deu de forma tímida, igual a apenas 2,3% entre 2000 e 2003, com a criação de 1200 postos de trabalho. Já entre 2003 e 2009, o número de empregos aumentou de forma acelerada, em média 5% ao ano. Mais recentemente, as contratações voltam a desacelerar crescendo 3% a.a. entre 2009 e 2011. O setor de Serviços permaneceu como o principal setor empregador, porém passou de 50% em 2000 para 45% em 2011. A Indústria e o comércio disputam o segundo lugar na geração de empregos em Petrópolis com participação um pouco abaixo de 25% para cada um dos setores. A Construção Civil no município cresceu 113% entre 2000 e 2011, gerando 2066 postos de trabalho e respondia por 5,3% dos empregos em 2011. A agropecuária aparece com um papel marginal na geração de empregos em Petrópolis com peso entorno de 1%.

Tabela 8 - Número de estabelecimentos e empregos e participação relativa em Petrópolis, 2000-2011

	2000		2003		2006		2009		2011	
	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego
Indústria	747	12.167	719	12.156	808	15.376	912	17.323	963	17.869
Construção Civil	255	1.830	212	1.703	156	2.338	160	2.969	209	3.896
Comércio	2.420	10.887	2.596	12.389	2.588	13.137	2.953	15.709	3.117	17.872
Serviços	2.123	25.945	2.261	25.750	2.353	28.092	2.587	32.070	2.918	32.944
Agropecuária	100	742	109	773	115	744	111	758	125	614
Total	5.645	51.571	5.897	52.771	6.020	59.687	6.723	68.829	7.332	73.195
%	2000		2003		2006		2009		2011	
	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego
Indústria	13,2%	23,6%	12,2%	23,0%	13,4%	25,8%	13,6%	25,2%	13,1%	24,4%
Construção Civil	4,5%	3,5%	3,6%	3,2%	2,6%	3,9%	2,4%	4,3%	2,9%	5,3%
Comércio	42,9%	21,1%	44,0%	23,5%	43,0%	22,0%	43,9%	22,8%	42,5%	24,4%
Serviços	37,6%	50,3%	38,3%	48,8%	39,1%	47,1%	38,5%	46,6%	39,8%	45,0%
Agropecuária	1,8%	1,4%	1,8%	1,5%	1,9%	1,2%	1,7%	1,1%	1,7%	0,8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS.

O número de estabelecimentos em Petrópolis também cresceu continuamente entre 2000 e 2011, porém numa velocidade um pouco menor que o aumento no número de empregos, dessa forma o tamanho médio dos estabelecimentos por número de empregados passou de 9,1 em 2000 para 10,2 em 2009 e terminou em 10 em 2011. Para o Estado, o tamanho médio das empresas aumentou de 13,2 em 2000 para 16,3 em 2011. As MPEs respondiam em 2011 por 98,8% do número de estabelecimentos em Petrópolis e respondem por aproximadamente 60% dos empregos formais, enquanto que as grandes representavam 18,5% dos empregos em 2000, chegaram a 22,1% em 2009 e regrediram para 18,3% em 2011.

A geração de empregos industriais cresceu 47% entre 2000 e 2011 no município. Os setores Têxtil e do Vestuário são os que mais se destacam na geração de empregos industriais em Petrópolis, juntos esses setores representavam 36% (9,4% e 26,9% respectivamente) do emprego industrial em 2006 e 38% (9% e 29%) em 2011. A participação das MPEs no setor Têxtil de Petrópolis aumentou de 34% para 39% entre 2006 e 2011, enquanto que a participação dos estabelecimentos de médio porte caiu de 66% para 61%. O emprego no setor de Vestuário permaneceu predominantemente oriundo das MPEs que respondiam por 75% e

73% dos empregos do setor em 2006 e 2011 respectivamente. Em ambos os setores não há estabelecimentos de grande porte no município.

4.1.4 - Perfil socioeconômico

Petrópolis é considerado um município com boa qualidade de vida para se morar, com relativamente boa infraestrutura básica educacional e de saúde. De acordo com os dados do último IDH-M disponível, com base no ano 2000, Petrópolis aparece em 7º lugar no ranking estadual¹³ com IDH-M igual a 0,804. Porém, a estrutura hospitalar mostra-se estagnada. O PIB *per capita* do município teve um aumento real de 18,6% entre 2000 e 2009, passando de R\$15.607 para R\$18.505¹⁴. Nesse mesmo período os PIBs per capita da região serrana e do estado tiveram aumento real de 13,3% e 12,2%, passando de R\$14.180 para R\$16.063 e de R\$19.697 para R\$22.103, respectivamente.

Em relação ao IFDM consolidado, no ano 2010, Petrópolis ocupava a 13ª posição no ranking estadual, mesma posição do ano 2000. A população de Petrópolis aumentou 3,3% entre os anos 2000 e 2010, passando de 286.537 habitantes para 295.917. Se dividida por faixa etária, segundo o último Censo do IBGE, em 2010, a população petropolitana estava dividida entre: 28,6% de crianças e jovens com menos de 19 anos; 61,5% de adultos entre 20 e 64 anos; e 9,9% de idosos maiores de 64 anos.

No tocante aos indicadores de saúde entre 2000 e 2010, Petrópolis melhorou sua posição no IFDM passando de 0,812 para 0,872. Cabe ressaltar que o indicador IFDM – Saúde procura focar na saúde básica, atribuindo o mesmo peso para três variáveis de análise: percentual de mais de 6 consultas pré-natal por nascido vivo; óbitos de causas mal definidas; e taxa de óbito de menores de 5 anos por causas evitáveis.

O número de hospitais gerais no município permaneceu constante, com 6 estabelecimentos, enquanto que, diferentemente do IFDM – Saúde, o número de leitos para cada mil habitantes piorou consideravelmente entre 2000 e 2010, caindo de 8,75 para 5,62. Comparando com os padrões da Organização Mundial de Saúde (OMS), Petrópolis passou a ficar abaixo do recomendado de 6 leitos para cada mil habitantes. O número de leitos permaneceu o mesmo entre 2005 e 2010, com 679 unidades, o que demonstra uma estagnação

¹³ Rankin dos IFDMs. Disponível em: < <http://www.firjan.org.br>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

¹⁴ Valores a preços de 2009.

da estrutura hospitalar no município. Caso essa estrutura não seja expandida nos próximos anos, a tendência é que com o aumento populacional esse indicador piore ainda mais. Se comparado ao ERJ, mesmo após uma melhora no número de leitos para cada mil habitantes entre 2002 e 2010, passando de 2,93 para 3,46, o indicador estadual ainda está muito abaixo do indicador petropolitano. No mesmo período, porém, o número de unidades ambulatoriais no município aumentou de 88 para 304.

No quesito educação, O IFDM de Petrópolis melhorou significativamente entre 2000 e 2010, passando de 0,616 (considerado grau moderado de desenvolvimento educacional) para 0,796, muito próximo de 0,8, quando é considerado alto grau de desenvolvimento. O IFDM-Educação foi idealizado para captar tanto a oferta como a qualidade da educação do ensino fundamental e pré-escola, oferecida nos municípios brasileiros, em escolas públicas e privadas, segundo as competências constitucionais de todo município. O município apareceu na 42ª posição no ranking estadual para esse quesito no ano de 2010. Petrópolis, segundo a Fundação CEPERJ, conta com 180 estabelecimentos de ensino fundamental, 41 de ensino médio e 4 de ensino superior. A taxa de analfabetismo no município é de 4%, pouco inferior a taxa estadual de 4,3%.

4.1.5 – Finanças públicas municipais

Em relação às finanças públicas municipais de Petrópolis, constata-se a elevada participação das transferências governamentais nas receitas correntes. Segundo dados da Fundação CEPERJ¹⁵, essa participação aumentou de 56,6% em 2000 para 60,9% em 2009. Analisando a composição das transferências (Estado e União) observa-se que as transferências estaduais perderam participação em detrimento das transferências federais (respectivamente 76,5% e 23,5% em 2000 e 57,5% e 42,5% em 2009). Dentre as transferências estaduais, a principal é o repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), que respondia em 2009, por 44,8% das transferências estaduais. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aparece como principal transferência da União, entretanto este recurso perdeu participação, caindo de 57,7% para 21,6% das transferências da União entre 2000 e 2009.

¹⁵ Banco de dados online. Disponível em: < <http://www.ceperj.rj.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

As receitas tributárias próprias apresentaram participação decrescente na receita corrente municipal entre 2000 e 2009, caindo de 32,8% para 19,3%. Conforme a Tabela 9, a participação do IPTU e do ISS, os principais impostos municipais, na receita tributária passaram de 78,3% (43,5% e 34,8% respectivamente) para 77,2% (39,9% e 37,3%) enquanto que as outras fontes de receitas tributárias passaram de 21,7% para 22,8%.

Tabela 9 - Receitas Tributárias de Petrópolis

	2000		2005		2007		2009	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
IPTU	20.511	43,5%	13.592	33,7%	18.481	34,8%	17.650	39,9%
ISS	16.429	34,8%	18.416	45,7%	24.727	46,5%	16.487	37,3%
ITBI	2.066	4,4%	2.770	6,9%	3.052	5,7%	3.424	7,7%
outros	8.151	17,3%	5.509	13,7%	15.022	28,3%	6.690	15,1%
Total	47.156	100%	40.287	100%	53.165	100,0%	44.251	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Fundação CEPERJ. (Preços constantes em 2000)

Com relação às receitas de transferências: “a arrecadação de ICMS é um importante indicador da dinâmica econômica do município, porque através dele pode-se observar o crescimento do Setor de Comércio e Serviços, salvo problemas de sonegação fiscal e informalidade. Quanto maior a arrecadação maior será a atividade comercial desenvolvida no município, o que por sua vez, indica crescimento econômico.” (FAURÉ *et al.*, 2008, p. 235).

Analisando a Tabela 10, entre 2000 e 2009, Petrópolis perdeu participação na arrecadação do ICMS estadual. Essa participação, que em 2000 representava 0,77%, chegou a 0,51% em 2008 e teve uma recuperação relativa em 2009 (0,62%). A participação do município na distribuição dos valores do ICMS oscilou bastante ao longo do período e ficou em 1,94 em 2009, valor superior ao de 2000, igual a 1,63. Petrópolis, desde 2005, também vem ficando com uma parcela cada vez maior do ICMS que arrecada. Em 2009, essa parcela, que em 2005 era de 40,1%, chegou a 71,8%.

Tabela 10 - ICMS - Petrópolis

	2000	2005	2006	2007	2008	2009
Arrecadação R\$1.000	59.684	58.416	60.490	54.266	49.025	59.937
Peso na arrecadação total do estado (%)	0,77%	0,66%	0,65%	0,59%	0,51%	0,62%
índice de participação	1,627	1,315	1,455	1,641	1,761	1,936
Valores distribuídos pelo estado/ arrecadação (%)	46,8%	40,1%	44,4%	55%	62,7%	71,8%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Fundação CEPERJ. (preços constantes em 2000)

A arrecadação de IPVA em Petrópolis apresentou um aumento de 27,1% entre 2000 e 2009 em valores constantes (Tabela 10). O peso na arrecadação total do estado caiu de 2,7% em 2000 para 2,4% em 2009. “O IPVA é um imposto que reflete o estoque de riqueza de um município porque sua base de incidência é um percentual do valor de mercado dos veículos automotores registrado naquele município.” (FAURÉ et al., 2008, p. 237). Sendo assim, os dados refletem uma perda no estoque de riqueza de Petrópolis em relação ao ERJ.

Tabela 11 - IPVA - Petrópolis

Ano	Arrecadação R\$1.000	Peso na arrec. do estado
2000	13.711	2,7%
2005	14.858	2,6%
2006	14.725	2,5%
2007	15.434	2,5%
2008	15.647	2,4%
2009	17.431	2,4%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Fundação CEPERJ. (preços constantes em 2000)

Como mostra a Tabela 12, as despesas correntes respondiam, em 2009, por 97,5% das despesas municipais, deixando apenas 2,5% para as despesas de capital (principalmente investimentos), o que representa um aumento na já elevada participação das despesas correntes e uma redução das despesas de capital em relação a 2000 (95% e 5%). Os gastos com investimentos respondiam por 54% das despesas de capital em 2009, o que é superior a participação de 2000 de apenas 34%. Observa-se que apesar da participação do investimento ter aumentado nas despesas de capital, em relação à despesa total, essa participação caiu de 1,7% para apenas 1,4%.

Tabela 12 - Despesas correntes e de capital de Petrópolis

Despesas	2000		2005		2007		2009	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Correntes	128.429	94,9%	156.896	94,3%	159.983	93,7%	214.282	97,5%
Custeio	58.285	45,4%	154.915	98,7%	158.406	99,0%	212.709	99,3%
Pessoal	82.287	141,2%	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	70.144	54,6%	1.981	1,3%	1.576	1,0%	1.573	0,7%
Capital	6.920	5,1%	9.504	5,7%	10.818	6,3%	5.496	2,5%
Investimentos	2.345	33,9%	7.599	80,0%	8.443	78,0%	2.988	54,4%
Outras	4.575	66,1%	1.904	20,0%	2.375	22,0%	2.507	45,6%
Total	135.348	100%	166.399	100%	170.801	100%	219.778	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Fundação CEPERJ. (preços constantes em 2000)

Analisando alguns indicadores financeiros municipais baseados nos dados de arrecadação (Tabela 13), verifica-se uma piora na situação fiscal do município com o aumento da dependência das transferências externas. Em relação ao indicador de dependência¹⁶, que mostra a proporção das receitas próprias em relação às transferências, há uma piora em 2009 (0,33) em relação a 2000 (0,59).

Tabela 13 - Indicadores financeiros municipais de Petrópolis

Indicadores	2000	2005	2007	2009
Dependência	0,59	0,46	0,57	0,33
Equilíbrio orçamentário	1,12	0,98	1,06	1,07
investimentos / PIB (%)	0,1%	0,33%	0,31%	0,1%
Investimentos / receitas totais	1,6%	4,9%	5%	1,3%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Fundação CEPERJ.

O indicador de equilíbrio orçamentário¹⁷ mostra uma piora em 2009 (1,07) na situação orçamentária municipal em relação a 2000 (1,12) e uma melhora em relação a 2005 (0,98). Este indicador permaneceu maior que 1 em 2009, isso quer dizer que as receitas correntes foram maiores do que as despesas correntes. Em relação aos indicadores de investimento, observa-se que a relação investimento/PIB, apesar de ter aumentado em 2005 e 2007, permaneceu constante em 2009 em relação a 2000, igual a apenas 0,1%. Situação semelhante

¹⁶ (Receita Tributária + Receita Patrimonial) / (Receita de Transferência).

¹⁷ Receitas correntes / Despesas correntes.

ocorreu com a relação investimentos/receitas totais que passou de 1,6% em 2000 para 5% em 2005 e 2007 e depois voltou a cair em 2009 chegando a 1,3%.

4.2 – Nova Friburgo

4.2.1 – Características Gerais

O município de Nova Friburgo localiza-se na região serrana do ERJ, na serra de Nova Friburgo, possui 938,4km² de extensão. Limita-se com os municípios de Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Macaé, Trajano de Moraes, Bom Jardim, Duas Barras, Sumidouro e Teresópolis. O clima predominante no município é o tropical de altitude. Conhecida como capital da moda íntima, em função da especialização da indústria têxtil da região em direção à indústria do Vestuário, Nova Friburgo possui 182.082 habitantes e representa em torno de 23% da população e 20% do PIB da Região Serrana.

4.2.2 – PIB e estrutura econômica

Nova Friburgo, assim como a região serrana, apresentou duas fases ao longo da década de 2000 em relação ao comportamento do PIB. Inicialmente, entre 2000-2003, pode-se observar um período de recessão, com queda média do PIB de Nova Friburgo de 1,9% a.a e de 1% a.a. do PIB da região. A partir de meados da década, observa-se uma melhora em relação a este indicador, tal que a média de crescimento do PIB do município entre 2004-2009 foi de 2,3% a.a e do PIB da região foi de 4,4%. Percebe-se, que no período de recessão, o PIB do município regredia numa velocidade maior que o PIB da região, e na fase de recuperação, o crescimento no município foi inferior ao crescimento médio da região. Esse resultado sugere uma maior vulnerabilidade e dificuldade de crescimento para Nova Friburgo em relação à média dos outros municípios da região.

Em relação à composição do VAB do município, observa-se a perda constante da participação da indústria nesse indicador. Em 1999, a agropecuária do município respondia por 1,4%, a Indústria por 19,1% e os Serviços por 79,5%. Em 2003, a Indústria perdeu

participação em relação aos Serviços caindo para 18,1% enquanto que a participação dos Serviços aumentou para 80,6%, a agricultura representava nesse ano 1,3% do VAB. Em 2009, a participação da Indústria caiu ainda mais para 16,3% do VAB, enquanto que as participações dos Serviços e da Agropecuária aumentaram para respectivamente 81,8% e 1,9%.

A região serrana tem importante papel na Agropecuária do Estado, representando 25,3% desse setor para o ano de 2009. Nova Friburgo se destaca no setor agropecuário da região. Segundo a Fundação CEPERJ¹⁸, Nova Friburgo ficou em quarto lugar no ranking estadual dos municípios no setor Agropecuário em 2010. No segmento mais importante, Lavoura temporária, se destaca o cultivo de hortaliças, com participação de 44,2% do VA do setor no município, seguido da Criação de bovinos (Pecuária) com 31,4% e da Sivicultura com 23,1%.

Historicamente, os setores que mais se destacam na Indústria de Nova Friburgo são: Metalmecânico, Vestuário e Têxtil. Esses setores representavam em 2003, respectivamente 40,7%; 26,8%; e 21,1% do PIB da indústria de transformação do município (Fauré *et al.* 2008). Entretanto, em relação à atividade industrial em Nova Friburgo no início dos anos 2000, Fauré *et al.* destaca:

“O município transformou-se de uma cidade industrial (dominada por grandes empresas têxteis) para uma cidade onde, apesar de ainda continuarem predominando atividades industriais relacionadas a este saber técnico, se percebe nitidamente uma migração da especialização para a produção de confecções. Esta migração foi acompanhada de um crescimento expressivo das MPMEs e de vários negócios informais, devido à forte redução das barreiras à entrada que esta nova especialização apresenta, quando comparada com a especialização anterior.” (FAURÉ *et al.* ,2008, p. 217).

O movimento de migração da especialização no setor têxtil para a produção de confecções, observado em Fauré *et al.* (2008), permaneceu de forma ainda mais nítida na segunda metade da década de 2000. As grandes empresas têxteis de Nova Friburgo não suportaram a concorrência predatória com os importados, principalmente os chineses, e fecharam as portas. Como será visto na próxima seção, atualmente não há mais estabelecimentos de grande porte na indústria têxtil friburguense. Enquanto isso, o número de estabelecimentos e empregos do setor de vestuário aumentou consideravelmente. Dentre os

¹⁸ Produto Interno Bruto dos Municípios 2010 – ERJ, 2012. Disponível em: < <http://www.ceperj.rj.gov.br>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

fatores que contribuíram para isso, além da redução das barreiras a entrada, identificado por Fauré *et al.* (2008), o aumento do comércio e os programas, do Governo Federal, SIMPLES e SUPERSIMPLES que visam à formalização das MPEs.

4.2.3 - Estabelecimentos e empregos

Segundo a RAIS, Nova Friburgo apresentou uma queda no número de vínculos formais de trabalho nos primeiros anos da década de 2000. Entretanto, a partir da metade da década, essa queda foi revertida com o aumento significativo dos postos de trabalho até 2010. Entre 2000 e 2003, houve uma retração de 2,7% no número de postos de trabalho no município, tal que 978 vagas foram fechadas, enquanto que no estado os postos de trabalho aumentaram 8,4% no mesmo período. Essa trajetória de queda foi revertida em 2004, tal que, entre 2003 e 2006, o número de empregos formais aumentou significativamente (22,5%), crescimento superior ao do estado (14,5%), passando de 35.292 para 43.240. Apenas em 2005 o número de postos de trabalho, igual a 41.202, superou o auge de 2000, igual a 36.270. Entre 2006 e 2009, o aumento no nível de emprego (10,4%) continuou, porém, menos acelerado que no período anterior e novamente inferior a média estadual (14,2%). O aumento contínuo no nível de emprego só foi interrompido em 2011, quando regrediu 0,2% em relação a 2010. O motivo mais provável para essa interrupção deve-se a forte enchente em janeiro de 2011, que gerou um grave efeito negativo na economia do município.

O número de estabelecimentos no município, diferentemente do número de empregos, aumentou continuamente ao longo da década, passando de 4.128 em 2000 para 5.442 em 2010. Em 2011, apesar do número de empregos ter diminuído, o número de estabelecimentos aumentou 4,2% em relação a 2010, passando de 5.442 para 5.673. O mesmo ocorreu para o estado, porém em menor proporção, tal que enquanto o número de estabelecimentos no município aumentou 37% entre 2000 e 2011, no estado aumentou 30%. O tamanho médio dos estabelecimentos variou pouco ao longo da década e ficou em torno de 9 funcionários por estabelecimento. Isso permitiu a manutenção da participação relativa das MPEs em torno de 99,2% dos estabelecimentos. Para o estado o tamanho médio dos estabelecimentos aumentou de 13,2 em 2000 para 15,7 em 2010.

Ao longo da década, a tendência do aumento da participação dos empregos oriundos das MPEs, observada em Fauré *et al.* (2008), para o período 2001-2004, foi mantida. As

MPEs respondiam por 59% dos empregos no ano 2000, aumentou para 63% em 2006, e chegou a 67% em 2011.

Os setores de indústria e serviços são responsáveis por aproximadamente 75% dos empregos em Nova Friburgo (Tabela 14). Entre 2000 e 2003 a indústria ganhou participação na geração de empregos em detrimento do setor de serviços, passando de 33% para 38%, percentual mantido até 2011. De fato, entre 2000-2003, 1138 empregos formais foram gerados na indústria, enquanto que no setor de serviços 2.428 postos foram fechados. O setor de serviços, apesar de ter perdido participação nos primeiros anos da década, ainda respondia por 36,3% dos empregos em 2011. As participações médias dos setores de Comércio e Construção Civil foram respectivamente de 20,5% e 2,5%.

O elevado aumento no número de empregos industriais foi puxado pelas MPEs que geraram, entre 2000 e 2003, 1203 postos de trabalho enquanto as grandes empresas fecharam 27. Isso levou ao rápido aumento da participação das MPEs no emprego industrial nesse período, passando de 61% para 65%. As grandes empresas industriais tiveram perdas absolutas no número de funcionários até 2009, quando a participação destas empresas no emprego industrial, que era de 23% em 2000, chegou a 11%. Entre 2009 e 2011, as grandes empresas do setor contrataram 612 empregados e aumentaram sua participação para 14% dos empregos industriais.

Tabela 14 - Número de estabelecimentos e empregos e participação relativa em Nova Friburgo, 2000-2011

	2000		2003		2006		2009		2011	
	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego
Indústria	808	12.095	883	13.233	1.038	16.034	1.259	18.381	1.420	18.909
Construção Civil	185	840	144	961	145	1.295	119	1.260	125	1.467
Comércio	1.560	7.003	1.643	7.107	1.783	8.470	2.038	10.177	2.250	11.283
Serviços	1.513	16.104	1.519	13.676	1.567	16.953	1.670	17.677	1.794	18.203
Agropecuária	62	228	80	315	77	488	79	230	84	238
Total	4.128	36.270	4.269	35.292	4.610	43.240	5.165	47.725	5.673	50.100

%	2000		2003		2006		2009		2011	
	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego
Indústria	19,6%	33,3%	20,7%	37,5%	22,5%	37,1%	24,4%	38,5%	25,0%	37,7%
Construção Civil	4,5%	2,3%	3,4%	2,7%	3,1%	3,0%	2,3%	2,6%	2,2%	2,9%
Comércio	37,8%	19,3%	38,5%	20,1%	38,7%	19,6%	39,5%	21,3%	39,7%	22,5%
Serviços	36,7%	44,4%	35,6%	38,8%	34,0%	39,2%	32,3%	37,0%	31,6%	36,3%
Agropecuária	1,5%	0,6%	1,9%	0,9%	1,7%	1,1%	1,5%	0,5%	1,5%	0,5%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Atualizado de Fauré *et al.* (2008) com base nos dados da RAIS.

Os três setores da Indústria que se destacam em Nova Friburgo são: Metalmeccânico, Têxtil e Vestuário. Esses setores representam aproximadamente 75% dos empregos industriais no município. No setor de Vestuário, a participação predominante do número de empregos encontra-se nas MPEs. Essa participação, que apesar de ter tido uma pequena queda entre 2001 e 2003, aumentou de 83% em 2006 para 86% em 2011. No extremo oposto, as grandes empresas, que em 1994 respondiam por 57% dos empregos, caíram para 16% em 2003 e para apenas 5% em 2011. Apenas entre 2006-2011, o setor de Vestuário aumentou em 18% o número de vínculos empregatícios, passando de 8.473 para 10.011. Em 2011, esse setor sozinho representava 53% dos empregos da Indústria do município.

Em relação a essa mudança no perfil das empresas do setor de Vestuário em Nova Friburgo, Fauré *et al.* (2008) destaca que:

“Esse aumento da importância das microempresas do setor e queda da importância das grandes tem levado a uma queda no valor da produção local e conseqüente queda do valor da produção, apesar do aumento do número de empregos gerados, o que é explicado pelo fato das empresas de menor porte utilizarem tecnologia defasada e mão-de-obra menos qualificada gerando menor produtividade e produtos com menor qualidade. O tipo de mercado onde essas empresas atuam caracteriza-se pela competição por preço, não privilegiando a qualidade, mas sim o baixo custo. Isto também contribui para

a queda do valor da produção, mas não para a queda do número de empregos.” (FAURÉ *et al.*, 2008, p. 228).

Para o setor Têxtil, a tendência de queda da participação das grandes empresas e aumento da participação das médias no emprego do setor, identificada em Fauré 2008 para o período 1994-2004, manteve-se de forma ainda mais acentuada entre 2004-2011, tal que enquanto entre 1994-2004 a participação das grandes caiu de 93% para 64% e a das médias subiu de 0% para 24%, em 2011, a participação das grandes caiu para 0% com a quebra das grandes fábricas têxteis, tais como a Arp e a Ypu, que não sobreviveram à competição com os importados similares chineses muito mais baratos, abrindo espaço para que a participação dos estabelecimentos têxteis de médio porte aumentasse para 49% no mesmo ano. A crise do setor Têxtil de Nova Friburgo, que culminou com o fechamento das grandes fábricas nos últimos anos da década, levou a uma queda forte no número de empregos do Setor, que passou de 1713 em 2006 para apenas 880 em 2011. Neste ano, o Setor era formado de apenas 29 MPEs e 3 estabelecimentos de tamanho médio.

O setor Metalmeccânico¹⁹ difere dos outros dois setores, pois as grandes empresas são responsáveis pela maior parte dos vínculos empregatícios do setor. Entre 2006 e 2011 a participação das grandes empresas passou de 34% para 56%. A participação das MPEs neste setor caiu de 21% para 13%, enquanto que a participação das médias passou de 40% para 31% no mesmo período.

A análise da evolução do PIB e do emprego ao longo da década permite afirmar que a recuperação econômica de Nova Friburgo se deu principalmente em função da expansão do Comércio, da Construção Civil e dos Serviços no município. A indústria do município aumentou o número de contratações, porém essas contratações ocorreram principalmente em função da expansão das MPEs do setor de Vestuário, que geram baixas remunerações. Como resultado, a participação da Indústria no VAB caiu ao longo de toda a década enquanto que a participação dos Serviços aumentou.

¹⁹ Metalurgia e fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos CNAE 2.0.

4.2.4 - Perfil socioeconômico

Historicamente, o desenvolvimento humano em Nova Friburgo é relativamente bastante bom se comparado ao desenvolvimento brasileiro, mas entre 1971 e 1991, o município apresentou um desenvolvimento humano inferior ao ERJ. De fato, os dados do IDH de Nova Friburgo mostram que o município sempre apresentou resultados inferiores aos do ERJ, porém superiores aos resultados do país, até o ano 2000, quando Nova Friburgo conseguiu superar o resultado do Estado (FAURÉ; HASENCLEVER, 2005).

Neste mesmo ano, Nova Friburgo ficou em quarto lugar no ranking estadual, com IDH-M igual a 0.81.

A população Friburguense aumentou 5% entre 2000 e 2010, passando de 173.418 habitantes para 182.082. No último Censo do IBGE, em 2010, Nova Friburgo apresentava sua população dividida entre: 27,2% de crianças e jovens menores de 19 anos; 63% de adultos entre 20 e 64 anos e 9,8% de idosos maiores de 64 anos.

No ano 2000, Nova Friburgo teve PIB per capita igual a R\$14.339, um pouco acima da média da região serrana igual a R\$14.180. Ao longo da década, porém, o baixo crescimento econômico do município e o crescimento da população fizeram com que seu PIB per capita real aumentasse apenas 3% entre 2000 e 2009, chegando a R\$14.770. Crescimento muito inferior ao do PIB per capita do Estado (22,2%); da região serrana (13,3%) e dos municípios de Petrópolis (18,6%) e Teresópolis (11,2%). Dessa forma, o PIB per capita friburguense em 2010 ficou muito abaixo da média da região serrana igual a R\$16.063.

Tomando como base o IFDM-Saúde, observa-se uma melhora contínua da saúde básica em Nova Friburgo ao longo da década de 2000, passando de 0,783 em 2000 para 0,868 em 2010 (considerado alto nível de desenvolvimento no quesito saúde). Entretanto, como já havia sido identificado em *Fauré et al.* (2008) utilizando dados de 2001 e 2003, Nova Friburgo apresenta infraestrutura de saúde estagnada, possuindo em 2010, 5 hospitais gerais com capacidade de 679 leitos, o que é exatamente a mesma infraestrutura presente em 2005. Com o crescimento populacional, o número de leitos por mil habitantes piorou, passando de 4,16 em 2000 para 3,73 em 2010. Como já foi dito anteriormente, o recomendado pela OMS é de 6 leitos para cada mil habitantes.

Em relação à educação básica, utilizando como indicador o IFDM-Educação, que mede a evolução da educação básica nos municípios, Nova Friburgo apresentou melhora,

passando de 0,728 em 2000 para 0,868 em 2010, valor muito superior ao do Estado que passou de 0,661 para 0,769 no mesmo período. Em 2010, a taxa de analfabetismo no município foi de 5%, superior a taxa média do Estado de 4,3%. O município contava com 165 estabelecimentos de ensino fundamental, 40 estabelecimentos de ensino médio e 1 de ensino superior.

4.2.5 - Finanças Públicas Municipais

Em relação às finanças públicas municipais de Nova Friburgo, constata-se que a já elevada participação das transferências governamentais nas receitas correntes cresceu ainda mais ao longo da década de 2000. Em 2009 essa participação chegou a 69,6%, parcela superior ao observado em 2000 e em 2005, respectivamente 66,9% e 68,8%. A composição das transferências também mudou tal que as transferências estaduais perderam participação frente às transferências da União. Em 2000, as transferências governamentais estavam divididas entre 69% estaduais e 31% da União, já em 2009 as transferências estaduais caíram para 53% e as da União aumentaram para 47%. A principal transferência estadual é o repasse do ICMS, porém sua participação diminuiu de 63% das transferências estaduais em 2000 para 42,8% em 2009. Dentre as transferências da União, a principal é o FPM, porém, esse recurso perdeu participação de forma significativa, passando de 73% das transferências da União em 2000 para 38,4% em 2009.

As receitas tributárias mantiveram participação constante na receita corrente entre 2000 e 2005 em torno de 22%, entretanto entre 2005 e 2009 essa participação diminuiu para 16,2%. A participação do IPTU e do ISS na receita tributária aumentou entre 2000 e 2009, conforme a Tabela 14, de 42,4% (14,8% e 27,6% respectivamente) para 69,7% (36,1% e 33,6%). Em 2007, esses dois impostos chegaram a representar 72,5% da receita tributária de Nova Friburgo (Tabela 15).

Tabela 15 - Receitas Tributárias de NF

	2000		2005		2007		2009	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
IPTU	2.449	14,8%	2.880	20,0%	5.880	38,1%	5.926	36,1%
ISS	4.560	27,6%	5.003	34,7%	5.315	34,4%	5.509	33,6%
ITBI	1.182	7,1%	1.016	7,0%	1.295	8,4%	1.485	9,0%
outros	8.344	50,5%	5.514	38,3%	2.942	19,1%	3.491	21,3%
Total	16.535	100%	14.413	100%	15.433	100,0%	16.411	100%

Fonte: Atualizado de Fauré *et al.* (2008) com base nos dados do Anuário estatístico 2012 da Fundação CEPERJ. (Preços constantes no ano 2000).

Analisando a Tabela 16, entre 2000 e 2009, Nova Friburgo manteve o seu peso na arrecadação do ICMS estadual oscilando entre 0,4% e 0,5%. A participação do município na distribuição dos valores do ICMS entre 2000 e 2005 caiu de 1,086 para 0,88. Entre 2005 e 2009, essa participação teve uma ligeira queda ficando em 0,86 em 2009.

Tabela 16 pg. 236 - ICMS - Nova Friburgo

	2000	2005	2006	2007	2008	2009
Arrecadação R\$1.000	41.731	35.591	35.660	32.297	35.725	46.663
Peso na arrecadação total do estado (%)	0,5%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,5%
índice de participação	1,086	0,88	0,861	0,862	0,891	0,862
Valores distribuídos pelo estado/ arrecadação (%)	44,7%	44,1%	44,6%	48,5%	43,6%	42,8%

Fonte: Atualizado de Fauré *et al.* (2008) com base nos dados do Anuário estatístico 2012 da Fundação CEPERJ. (Valores constantes a preços de 2000).

Entre 2000 e 2004, Nova Friburgo ficou em média com 49% do valor arrecadado do ICMS no próprio município. Entretanto, entre 2005 e 2009, essa média caiu para 44%. Esse dado demonstra que Nova Friburgo passou por uma fase de fraca recuperação econômica na segunda metade da década de 2000, após um período de estagnação na primeira metade desta década, fato corroborado pelos dados de crescimento econômico do PIB municipal, citados anteriormente.

A arrecadação de IPVA em Nova Friburgo aumentou 37% entre 2005 e 2009, em termos reais, ganho muito superior ao do período anterior entre 2000 e 2005, igual a apenas 8,3%. O peso na arrecadação total do estado permaneceu constante em 1,4% entre 2000 e 2009, como mostra a Tabela 17. Como foi dito anteriormente, o IPVA é um imposto que reflete o estoque de riqueza de um município, dessa forma, o estoque de riqueza de Nova Friburgo medido pela arrecadação do IPVA aumentou de forma significativa apenas na

segunda metade da década, acompanhando proporcionalmente o aumento no estoque de riqueza do estado.

Tabela 17 - IPVA - Nova Friburgo

Ano	Arrecadação R\$1.000	Peso na arrec. do estado
2000	7.211	1,4%
2005	7.808	1,4%
2006	8.075	1,4%
2007	8.844	1,4%
2008	9.371	1,5%
2009	10.712	1,4%

Fonte: Atualizado de Fauré et al. (2008) com base nos dados do Anuário estatístico 2012 da Fundação CEPERJ. (Valores constantes a preços de 2000).

Como mostra a Tabela 18, as despesas correntes e de capital respondiam em 2009 por respectivamente 86,6% e 13,4% das despesas municipais, isso representa um aumento da participação das despesas de capital em relação aos anos anteriores. O principal componente das despesas de capital, o investimento, após perder participação entre 2000 e 2005, aumentou sua participação na despesa de capital entre 2005 e 2009 passando de 54,6% para 88,6%.

Tabela 18 - Despesas correntes e de capital de Nova Friburgo

Despesas	2000		2005		2007		2009	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Correntes	63.147	89,3%	66.840	91%	92.492	91,1%	94.228	86,6%
Custeio	40.047	63,4%	66.776	99,9%	92.449	100,0%	94.131	99,9%
Pessoal	21.142	52,8%	-	-	-	-	-	-
Outras	18.905	47,2%	-	-	-	-	-	-
Transferências	23.100	36,6%	64	0,1%	43	0,0%	97	0,1%
Capital	7.562	10,7%	7.002	9%	9.022	8,9%	14.571	13,4%
Investimentos	5.329	70,5%	3.823	54,6%	7.085	78,5%	12.914	88,6%
Outras	2.233	29,5%	3.178	45,4%	1.937	21,5%	1.657	11,4%
Total	70.709	100,0%	73.842	100%	101.513	100,0%	108.798	100,0%

Fonte: Atualizado de Fauré et al. (2008) com base nos dados do Anuário estatístico 2012 da Fundação CEPERJ. (Valores constantes a preços de 2000).

A análise dos indicadores financeiros municipais permite observar uma piora da situação fiscal de Nova Friburgo ao longo da década (Tabela 19). O indicador de dependência caiu de 0,35 em 2000 para 0,29 em 2009, demonstrando que o município permanece altamente dependente das transferências governamentais. Em relação ao equilíbrio

orçamentário, apesar do indicador permanecer acima de 1, indicando que as receitas correntes superam as despesas correntes, essa relação piorou, passando de 1,2 em 2000 para 1,08 em 2009. Os indicadores de investimento/PIB e investimento/receitas totais melhoraram, passando de respectivamente 0,44% e 7,1% em 2005 para 1% e 12,7% em 2009.

Tabela 19 - Indicadores financeiros municipais de Nova Friburgo

Indicadores	2000	2005	2007	2009
Dependência	0,35	0,37	0,28	0,29
Equilíbrio orçamentário	1,20	0,99	1,06	1,08
investimentos / PIB (%)	0,44%	0,35%	0,62%	1%
Investimentos / receitas totais	7,1%	5,8%	7,2%	12,7%

Fonte: Atualizado de Fauré et al. (2008) com base nos dados do Anuário estatístico 2012 da Fundação CEPERJ.

4.3 – Teresópolis

4.3.1 – Características Gerais

Teresópolis localiza-se na microregião serrana do ERJ, possui 770,601 km², e limita-se com os municípios de São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Nova Friburgo, Petrópolis, Guapimirim e Cachoeira de Macacu. O clima predominante no município é o tropical de altitude com temperatura média de 20°C. Segundo o Censo de 2010, Teresópolis possui 163.746 habitantes.

4.3.2 - PIB e estrutura econômica

O PIB de Teresópolis acompanhou a fase de recessão da região serrana entre 2000-2003 e de recuperação e crescimento entre 2004-2009. No primeiro período, enquanto a região serrana regrediu em média 1% a.a., Teresópolis regrediu 0,8% a.a. Tal que seu PIB a preços constantes passou de R\$ 903 milhões em 2000 para R\$ 897 milhões. Na fase de recuperação, Teresópolis puxou a média da região para cima, crescendo 4,7% a.a. enquanto a

média da região foi de 4,4%. Nesse período, o PIB do município a preços constantes cresceu de R\$ 1,014 bilhão em 2004 para R\$ 1,169 bilhão.

A composição do VAB do município foi pouco alterada entre 1999-03. A Indústria manteve sua participação em 11,7% do VA, a agropecuária caiu de 5,7% em 1999 para 4,6% em 2003 e os Serviços aumentaram de 82,7% para 83,7%. Em 2009, a composição do VAB do município era: 5,4% para Agropecuária; 15% Indústria; 79,6% Serviços.

Teresópolis aparece no 2º lugar no ranking estadual dos municípios na Agropecuária²⁰ com 6,2% do total do setor. A produção de hortaliças se destaca com 94% do VA do setor no município. Junto com Nova Friburgo, esses municípios respondem por 44% da agropecuária na Região Serrana. Na Indústria destacam-se: fabricação de bebidas, Vestuário, e fabricação de produtos de borracha e plástico.

4.3.3 - Estabelecimentos e empregos

Os empregos em Teresópolis aumentaram continuamente ao longo da década de 2000, passando de 20493 vínculos para 34429 no período 2000-2011, ou seja, um aumento de 68%. Crescimento muito superior ao da população do município entre 2000-2010, igual a 18,3%, e relativamente maior que o crescimento do emprego no Estado, igual a 58%, para o mesmo período. Esse crescimento foi puxado principalmente pelo setor de Serviços e pelo Comércio, que juntos foram responsáveis pela criação de 9818 (6416 e 3402 respectivamente) vínculos empregatícios.

A participação do setor de Serviços na geração de empregos cresceu de 46% em 2000 para 52% em 2011. O setor de Comércio apesar de ter criado 3400 empregos, perdeu participação, passando de 39% para 25% no mesmo período. A Indústria de Teresópolis respondia por 14% dos empregos do município em 2011, mesmo percentual de 2000, entretanto, entre 2003-2009, esse percentual ficou em 12%. Os setores que tiveram o maior crescimento relativo entre 2000-2011 foram a Agropecuária e a Construção Civil. O número de empregados do setor agropecuário aumentou 250% e passou de 327 em 2000 para 1145 em 2011. Os vínculos ativos na Construção Civil cresceram 200% passando de 692 para 2105 no mesmo período (Tabela 20).

²⁰ PIB dos municípios 2010 - Fundação CEPERJ.

Tabela 20 - Número de estabelecimentos e empregos e participação relativa em Teresópolis, 2000-2011

	2000		2003		2006		2009		2011	
	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego
Indústria	223	2.846	218	3.257	221	3.269	229	3.636	1.420	4.733
Construção Civil	136	692	92	860	95	1.063	104	1.490	125	2.105
Comércio	1.140	5.266	1.222	5.726	1.179	6.535	1.265	7.498	2.250	8.668
Serviços	1.333	11.362	1.423	13.439	1.514	16.226	1.592	16.460	1.794	17.778
Agropecuária	82	327	90	377	94	500	104	1.031	84	1.145
Total	2.914	20.493	3.045	23.659	3.103	27.593	3.294	30.115	5.673	34.429
%	2000		2003		2006		2009		2011	
	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego	Estabelecimento	Emprego
Indústria	7,7%	13,9%	7,2%	13,8%	7,1%	11,8%	7,0%	12,1%	25,0%	13,7%
Construção Civil	4,7%	3,4%	3,0%	3,6%	3,1%	3,9%	3,2%	4,9%	2,2%	6,1%
Comércio	39,1%	25,7%	40,1%	24,2%	38,0%	23,7%	38,4%	24,9%	39,7%	25,2%
Serviços	45,7%	55,4%	46,7%	56,8%	48,8%	58,8%	48,3%	54,7%	31,6%	51,6%
Agropecuária	2,8%	1,6%	3,0%	1,6%	3,0%	1,8%	3,2%	3,4%	1,5%	3,3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS.

A participação das MPEs na geração de empregos no município caiu entre 2000-2011 de 66% para 60%, movimento inverso ao ocorrido em Nova Friburgo e em Petrópolis. A participação dos grandes estabelecimentos por sua vez aumentou de 18% para 25% no mesmo período. O número de estabelecimentos aumentou 95% no período 2000-2011, passando de 2914 para 5673. O tamanho médio dos estabelecimentos, que havia aumentado entre 2000-2009 de 7 para 9,1 empregados, caiu em 2011 para 6,1. As MPEs perderam um pouco de participação no número de estabelecimentos, passando de 99,5% em 2000 para 99,1% em 2011.

Os setores que mais se destacam na geração de empregos na Indústria de Teresópolis são: Fabricação de bebidas, Vestuário, Produtos de borracha e plástico. A participação no emprego industrial do setor de fabricação de bebidas aumentou 13,2% em 2006 para 26,5% em 2011. Este setor possuía em 2006 apenas 4 estabelecimentos, dois de tamanho médio, responsáveis por 95% do emprego desse setor e 2 micro-estabelecimentos. Em 2011, 2 novos estabelecimentos do ramo de bebidas foram abertos na cidade, um de micro-porte e outro de grande porte, com 762 funcionários, que se tornou responsável por 60% dos empregos do setor.

O setor de Vestuário em Teresópolis perdeu participação no emprego industrial de Teresópolis entre 2006 e 2011, passando de 13% para 12%. Este setor era composto em 2006 por 40 estabelecimentos de pequeno e micro-porte, responsáveis por 61% dos empregos do setor e 3 estabelecimentos de médio porte, responsáveis por 39%. Em 2011, 4 novos PMEs foram abertos, entretanto, com o aumento das contratações nos estabelecimentos de médio porte, a participação dos pequenos caiu para 38% e a dos médios subiu para 62%.

O setor de fabricação de produtos de borracha e plástico respondia em 2006 por 16% dos empregos industriais no município. Em 2011, essa participação caiu para 10%. Nesse período, a participação das MPES no emprego do setor passou de 40% para 50% enquanto que a participação das médias caiu de 60% para 50%.

4.3.4 - Perfil socioeconômico

Os indicadores de desenvolvimento humano em Teresópolis colocam o município um pouco abaixo da média do Estado. No último IDH-M, em 2000, Teresópolis ficou na 17ª posição no ranking estadual, bem atrás de Petrópolis (7ª posição) e Nova Friburgo (4ª posição). Entre os anos 2000 e 2009, o PIB per capita de Teresópolis aumentou em termos reais 11,2%, passando de R\$13.251 para R\$14.734 e ultrapassando em 2009 o PIB per capita de Nova Friburgo. Esse crescimento, porém, foi menor que o crescimento real do PIB per capita estadual (22,2%) e da região serrana (13,3%).

A população de Teresópolis teve um aumento considerável de 18,3% entre os Censos de 2000 e 2010, passando de 138.081 para 163.746 habitantes. Segundo o Censo de 2010, a população de Teresópolis está dividida entre: 30,3% de crianças e jovens menores de 19 anos; 60,7% de adultos entre 20 e 64 anos; e 9% de idosos maiores de 64 anos. Dessa forma, Teresópolis apresenta-se como o município com o maior percentual de jovens dentre os três principais municípios da região serrana.

Em relação à saúde básica, utilizando o IFDM-Saúde como indicador, Teresópolis, assim como a maioria dos municípios da região serrana, apresentou melhora, passando de 0,817 em 2000 para 0,852 em 2010, valor considerado de elevado grau de desenvolvimento no quesito saúde e acima dos valores médios da região serrana e do Estado. Entretanto, apesar da população de Teresópolis ter aumentado, o número de leitos no município caiu de 435 em

2005 para 385 em 2010. Devido a isso, a relação de leitos por mil habitantes de Teresópolis piorou consideravelmente, caindo de 3,49 para 2,35 entre os anos 2000 e 2010. Cabe ressaltar novamente que o recomendado pela OMS é de 6 leitos por mil habitantes. O número de hospitais gerais no município, igual a 3, permaneceu o mesmo durante toda a década de 2000. Observa-se assim, que Teresópolis, assim como Nova Friburgo e Petrópolis, apresenta infraestrutura de saúde estagnada, porém de forma ainda mais grave.

No tocante a educação básica, o IFDM-Educação de Teresópolis melhorou substancialmente ao longo da década, passando de 0,586 em 2000, considerado desenvolvimento regular, para 0,822 em 2010, considerado alto grau de desenvolvimento. A infraestrutura educacional no município permaneceu a mesma ao longo da década, com 108 estabelecimentos de ensino fundamental; 14 de ensino médio e apenas 1 de ensino superior. A taxa de analfabetismo em Teresópolis em 2010 foi igual a 6,5%, valor bem acima da taxa média estadual igual a 4,3%.

4.3.5 - Finanças Públicas municipais

Assim como Nova Friburgo e Petrópolis, Teresópolis também apresenta uma elevada participação das transferências governamentais nas receitas correntes. Entre 2000 e 2005, essas transferências passaram de 67,8% para 71,8% das receitas correntes municipais, entretanto em 2009 essa participação caiu para 65,6%. A composição das transferências entre 2000 e 2009 também foi alterada com a queda contínua da participação estadual de 36,5% para 32,9%, enquanto que a participação das transferências da União teve um pequeno aumento passando de 31,3% em 2000 para 32,7% em 2009. O repasse do ICMS representava 44,6% das receitas estaduais em 2000 caindo ao longo da década para 36,9% em 2005 e 32,8% em 2009. O FPM respondia por 33,8% das transferências da União em 2000, aumentou para 40,7% em 2005 e voltou a cair para 36,7% em 2009.

As receitas tributárias mantiveram-se em torno de 25% da receita corrente municipal entre 2000 e 2005 e caíram para 19% em 2009. Conforme a Tabela 21, a participação do IPTU e do ISS saltou de 52,6% (31,9% e 20,7% respectivamente) em 2000 para 64% (41,8% e 22,2%) em 2009.

Tabela 21 - Receitas Tributárias de Teresópolis

	2000		2005		2007		2009	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
IPTU	5.565	31,9%	7.596	38,7%	7.824	38,4%	8.522	41,8%
ISS	3.616	20,7%	4.178	21,3%	4.274	21,0%	4.514	22,2%
ITBI	2.369	13,6%	1.980	10,1%	2.276	11,2%	2.396	11,8%
Outros	5.912	33,9%	5.861	29,9%	6.026	29,5%	4.942	24,3%
Total	17.461	100%	19.615	100%	20.400	100,0%	20.374	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Fundação CEPERJ. (preços constantes em 2000)

Com relação à arrecadação do ICMS, Teresópolis aumentou seu peso na arrecadação total do estado entre 2000 e 2009 passando de 0,12% para 0,19%, como mostra a Tabela 22. Entretanto, esse aumento começou apenas em 2007. A participação do município na distribuição dos valores do ICMS reduziu de 0,66% em 2000 para 0,62% em 2009, assim como a parcela do imposto arrecadado que fica no município, que apesar de continuar elevada, caiu significativamente passando de 118% para 62% entre 2000 e 2009.

Tabela 22 -ICMS - Teresópolis

	2000	2005	2006	2007	2008	2009
Arrecadação R\$1.000	9.547	10.150	9.810	12.118	17.349	18.674
Peso na arrecadação total do estado (%)	0,12%	0,11%	0,11%	0,13%	0,18%	0,19%
índice de participação	0,659	0,626	0,627	0,622	0,624	0,619
Valores distribuídos pelo estado/ arrecadação (%)	118,5%	109,9%	118,1%	93,3%	59,1%	62%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Fundação CEPERJ. (preços constantes em 2000)

Esses dados mostram uma melhora na situação econômica de Teresópolis, principalmente a partir da segunda metade da década de 2000, como foi constatado anteriormente com análise da evolução do PIB municipal. Entretanto, Teresópolis permanece altamente dependente das transferências governamentais.

A arrecadação do IPVA em Nova Friburgo aumentou em termos reais 45% entre 2000 e 2009, entretanto esse aumento se deu de forma mais acelerada entre 2005 e 2009 quando a arrecadação aumentou 33%, enquanto que entre 2000 e 2005 esse ganho foi de apenas 9%. Como mostra a Tabela 23, o peso do município na arrecadação estadual do imposto permaneceu constante em torno de 1,2%.

Tabela 23 - IPVA - Teresópolis

Ano	Arrecadação R\$1.000	Peso na arrecadação do Estado
2000	6.354	1,3%
2005	6.914	1,2%
2006	7.242	1,2%
2007	7.761	1,3%
2008	7.957	1,2%
2009	9.189	1,2%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Fundação CEPERJ. (preços constantes em 2000)

Como mostra a Tabela 24, as despesas correntes respondiam, em 2009, por 96% das despesas municipais, enquanto que as despesas de capital respondiam com apenas 4%. Isso representa uma perda de participação das despesas de capital em relação a 2000, quando representavam 87% das despesas municipais totais. Os investimentos que em 2000 representavam 98% das despesas de capital perderam participação em 2009 e passaram a responder por apenas 14,4%.

Tabela 24 - Despesas correntes e de capital de Teresópolis

Despesas	2000		2005		2007		2009	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Correntes	66.505	86,9%	88.750	93,1%	96.603	88,7%	103.559	96,0%
Custeio	58.220	87,5%	88.750	100,0%	96.603	100,0%	103.559	100,0%
Pessoal	32.216	55,3%	-	-	-	-	-	-
Outras	26.004	44,7%	-	-	-	-	-	-
Transferências	8.285	12,5%	-	-	-	-	-	-
Capital	10.003	13,1%	6.624	6,9%	12.282	11,3%	4.345	4,0%
Investimentos	9.806	98,0%	6.214	93,8%	2.628	21,4%	624	14,4%
Outras	197	2,0%	410	6,2%	9.654	78,6%	3.721	85,6%
Total	76.508	100,0%	95.374	100,0%	108.886	100,0%	107.904	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Fundação CEPERJ. (preços constantes em 2000).

Analisando alguns indicadores financeiros municipais, na Tabela 25, observa-se um aumento na dependência das transferências externas entre 2000 e 2009, quando o indicador de dependência passou de 0,37 para 0,31. O indicador de equilíbrio orçamentário também piorou nesse período, porém ele permaneceu acima de 1 em 2009 (1,03), o que significa que as receitas correntes superaram as despesas correntes neste ano. A situação mais grave aparece em relação aos indicadores de investimento. Ao longo da década, os investimentos como

proporção do PIB e das receitas totais caíram bruscamente de 1,09% e 13,3% respectivamente, em 2000, para apenas 0,05% e 0,6% em 2009. Apontando o baixíssimo nível de investimento nas finanças públicas do município.

Tabela 25 - Indicadores financeiros municipais de Teresópolis

Indicadores	2000	2005	2007	2009
Dependência	0,37	0,39	0,3	0,31
Equilíbrio orçamentário	1,11	0,9	1,14	1,03
investimentos / PIB (%)	1,09%	0,65%	0,27%	0,05%
Investimentos / receitas totais	13,3%	7,8%	2,4%	0,6%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Fundação CEPERJ. (preços constantes em 2000)

CONCLUSÃO

Após décadas de decadência, a economia fluminense começa a dar sinais de recuperação na segunda metade da década de 1990. Ao longo do decênio 1999-2009, observam-se duas fases de crescimento. A primeira, entre 1999-2003, caracteriza-se por apresentar crescimento instável e ainda tímido. Na segunda, entre 2004-2008, observa-se que o crescimento se deu de forma mais vigorosa e estável, tendo sido interrompido apenas em 2009 devido aos efeitos da eclosão da crise financeira internacional ainda no segundo semestre de 2008.

A recuperação econômica da economia do Estado no final dos anos 1990 e o crescimento observado ao longo da década de 2000 foram puxados principalmente pelo setor industrial do interior do Estado, com ampla participação dos setores de Siderurgia e Extração de Petróleo. De fato, a participação da Indústria no VAB do Estado aumentou de 20% em 1999 para 26% em 2009, chegando a 31,5% em 2008. As principais regiões produtoras de petróleo (regiões norte e das baixadas litorâneas) foram as que mais cresceram em termos de PIB na década de 2000.

O cenário internacional favorável, principalmente na segunda metade da década de 2000, com a ascensão da China como pujante mercado consumidor de *commodities*, teve um papel decisivo para o forte crescimento do Estado. Entretanto, esse crescimento se deu de forma dispare entre as regiões fluminenses, beneficiando em grande escala as regiões produtoras de petróleo enquanto que outras permaneciam estagnadas ou cresciam em velocidade muito menor.

A região serrana, ao contrário das regiões produtoras de petróleo, passou por uma fase de recessão nos primeiros anos da década (2000-2003). Nesse período, o PIB da região regrediu 1,5%, enquanto que o Estado cresceu 7,8%. Esse quadro negativo foi revertido na segunda metade da década, tal que a região serrana cresceu proporcionalmente mais que o Estado entre 2004 e 2009. Cabe ressaltar que em 2009 a região cresceu 7,9% enquanto que o Estado regrediu 2,5% em termos de PIB, puxado negativamente pelas regiões produtoras de petróleo.

O crescimento estável para a região serrana, observado a partir da segunda metade da década, não refuta totalmente a hipótese inicial dessa monografia de que o desenvolvimento econômico da Região Serrana vem se agravando ano após anos, em sentido contrário ao

desenvolvimento do Estado. Pois, apesar do resultado positivo e estável em termos de VAB, observa-se a redução no tamanho médio das empresas, com o aumento da participação das MPES, que por sua vez, são menos competitivas, empregam mão de obra de menor qualificação e pagam piores salários. Os dados das finanças públicas também se mostraram desanimadores, pois os principais municípios da região permanecem altamente dependentes das transferências das outras esferas de governo. Além disso, a infraestrutura de saúde permaneceu estagnada ao longo da década, enquanto que a região apresentou crescimento populacional positivo.

A Região Serrana, apesar de possuir um papel pequeno no VAB do Estado em relação aos Serviços e a Indústria, tem um papel fundamental na Agropecuária fluminense, respondendo por em torno de 25% do VA desse setor. Em relação aos tradicionais setores industriais da região, Têxtil e Vestuário, tem-se que o setor Têxtil intensificou sua trajetória de crise iniciada ainda na década de 1990 com a abertura econômica. A forte competição via preços com os produtos importados chineses levou a quebra das grandes fábricas têxteis da região. O número de estabelecimentos e empregos do Setor de Vestuário, manteve o comportamento observado por Fauré *et al.* (2008) para o período 2001-04, com o crescimento contínuo da participação das MPEs nesse setor, que produzem peças de menor qualidade e geram baixa remuneração ao empregado.

Dos três municípios estudados nessa monografia (Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo), a economia de Nova Friburgo mostrou-se ser a mais frágil, tendo regredido mais que a média no período de crise (2000-2003) e no período de recuperação (2004-2009) cresceu menos que a média da região. Uma explicação possível para esse resultado é o caráter industrial do município voltado para as atividades Têxtil e de Vestuário, que sofreram consideravelmente com a “enxurrada” de produtos chineses no mercado.

No tocante ao emprego e aos estabelecimentos, nos anos 2000-03, os três municípios estudados obtiveram resultados diferentes. Nova Friburgo teve redução no número total de empregos puxada negativamente pelo setor de Serviços. Petrópolis apresentou aumento tímido no número de vínculos (2,3%) e Teresópolis apresentou um aumento considerável de 15,4% no número de empregos formais nesse período. Entre 2004-2011, o número de empregos formais aumentou continuamente em todos os setores. As MPEs respondem pela maior parte dos empregos nos três municípios. Entre 2000-2011, em Nova Friburgo a participação dessas empresas aumentou de 59% para 67%; em Petrópolis passou de 58% para 59%; e em Teresópolis regrediu de 66% para 60%.

Em relação à questão socioeconômica da região, os resultados em termos de IFD-M melhoraram nos três municípios. Entretanto, no quesito Saúde, a infraestrutura desse setor mostra-se estagnada na região. No quesito Emprego & Renda, o IFD-M da região mostra-se muito inferior à média do Estado. De fato, apesar do PIB *per capita* dessa região ter aumentado em termos reais, permanece muito abaixo da média do Estado.

Em função das chuvas de 2011, a economia da região foi fortemente abalada. A recuperação da infraestrutura e o crescimento dessa região dependem da utilização eficiente e responsável dos recursos disponibilizados para a reconstrução das cidades mais afetadas. Do elevado montante de investimentos anunciados para o Estado, a região serrana receberá apenas uma pequena parte, logo as vantagens e indústrias locais devem ser incentivadas, tais como o Turismo, o Comércio, a Indústria do Vestuário em Nova Friburgo e o setor de Tecnologia em Petrópolis, pois as boas perspectivas para o Estado frente aos eventos esportivos e ao setor de Petróleo pouco afetarão a economia da região serrana nos próximos anos.

REFERÊNCIAS:

ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2012. Agência Nacional do Petróleo. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>, acesso em agosto de 2012>. Acesso em: 10 ago. 2012.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2011. Fundação Centro Estadual de Estatísticas, pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ). Versão *on line*. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

BARRAL NETO; SILVA NETO. Uma nova trajetória para a economia fluminense: inflexão positiva graças ao crescimento do interior. In: FAURÉ et al. **Novos rumos para a Economia Fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008. cap.1, p.25-48.

BARROS, A.; PERO, V. Pobreza no Rio de Janeiro: tendências recentes e desafios para o futuro. In: URANI, A. **Rio: A hora da virada**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2011. cap. 15, p. 191-212.

BUENO, J.; CASARIN, L. Os recursos do petróleo e as perspectivas para os investimentos no estado do Rio de Janeiro. In: URANI, A. **Rio: A hora da virada**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2011. cap. 4, p. 40-50.

CASSIOLATO, J.; GUIMARÃES, V. Arranjo Produtivo Local da Indústria de Software em Petrópolis. Programa de Financiamento de Bolsas de Mestrado Vinculadas à Pesquisa “Micro e pequenas Empresas em Arranjos Produtivos Locais no Brasil. Sebrae/UFSC/Neitec/Fepese. 2004.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN-DECISÃO RIO 2012-2014. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

FAURÉ, Y. *et al.* **Novos rumos para a economia fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior**. Rio de Janeiro: Ed. E-papers, 2008. 370 p.

FAURÉ, Y. *et al.* **O desenvolvimento local no Estado do Rio de Janeiro: estudos avançados nas realidades municipais**. Rio de Janeiro: Ed. E-papers, 2005. 460 p.

FAURÉ, Y.; HASENCLEVER, L. **Caleidoscópio do desenvolvimento local no Brasil: diversidade das abordagens e das experiências**. Rio de Janeiro: Ed. E-papers, 2007.

MUÑOZ, F. A saúde no Rio de Janeiro: o velho compromisso pendente. In: URANI, A. **Rio: A hora da virada**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2011. cap. 16, p.213-226.

NATAL, J. **Inflexão econômica e dinâmica espacial pós-1996 no Estado do Rio de Janeiro**. Belo Horizonte: Nova Economia, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS- Guia do Investidor 2012. Disponível em: <<http://www.petropolis.rj.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

SOBRAL, B. **A desconcentração produtiva regional no Brasil**: análise do Estado do Rio de Janeiro: 1970-2006. 2007. 149 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, São Paulo, 2007.

URANI, A. **Rio: A hora da virada**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2011, 272 p.

URANI, A. **Trilhas para o Rio**: do reconhecimento da queda à reinvenção do futuro. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2008. 226 p.

SCHWARTZMAN, S. Melhorar a educação no Rio de Janeiro: um longo caminho. In: URANI, A. **Rio: A hora da virada**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2011. cap. 17, p. 227-241.

VILLELA, R.; TAFNER, P. Finanças públicas do estado do Rio de Janeiro: modernização, eficiência e preparação para o desenvolvimento sustentável. In: URANI, A. **Rio: A hora da virada**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2011. cap 2, p. 12-23.

